

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Preparadas de Acordo com as Normas Internacionais de
Relatórios Financeiros - IFRS

31 de dezembro de 2021



Carrefour
banco 



Relatório da Administração	3
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	5
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas	6
Balanco Patrimonial Consolidado	10
Demonstração Consolidada do Resultado	11
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente	12
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido	13
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	14
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	
1. Contexto operacional	16
2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas	16
3. Principais políticas contábeis	18
4. Caixa e equivalentes de caixa	22
5. Ativos financeiros ao custo amortizado	22
6. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Títulos e valores mobiliários	25
7. Outros ativos	26
8. Imobilizado	26
9. Intangível	27
10. Passivos financeiros	27
11. Outros passivos	29
12. Provisões, contingências e obrigações legais	30
13. Patrimônio líquido	31
14. Receitas com juros e similares	35
15. Despesas de juros e similares	35
16. Receitas de prestação de serviços	35
17. Despesas de pessoal	35
18. Outras despesas administrativas	36
19. Despesas tributárias	36
20. Outras receitas (despesas) operacionais	36
21. Imposto de renda e contribuição social	37
22. Transações entre partes relacionadas	38
23. Benefícios a empregados	40
24. Valor justo dos ativos e passivos	40
25. Gestão de Capital e dos riscos de liquidez, mercado, crédito e operacional	41
26. Outras informações	46
27. Informações suplementares	47
Relação dos Diretores	48

**Prezados acionistas,**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco CSF S.A. ("Banco"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pela Accountant Standards Board (IASB) e com as interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), acrescidas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

DESTAQUES DO PERÍODO

Balanco Patrimonial (R\$ milhões)	31/12/2021	31/12/2020	Δ%
Ativos Totais	14.248	12.634	13%
Carteira de Crédito	15.351	13.535	13%
(-) Provisão para Perda Esperada (PCLD)	(3.829)	(3.661)	5%
Passivos Financeiros	8.740	6.993	25%
Patrimônio Líquido	2.648	2.721	-3%

Resultados (R\$ milhões)	31/12/2021	31/12/2020	Δ%
Resultado líquido de juros	2.168	1.940	12%
Despesas com provisão para perda esperada	(1.388)	(1.159)	20%
Resultado operacional	800	586	37%
Lucro Líquido	510	352	45%

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco mantém práticas adequadas nos processos de governança corporativa, controles internos e gestão de riscos, com atuação ativa da alta Administração. Os Comitês que se reportam diretamente ao Conselho de Administração são:

- **Comitê Integrado de Riscos:** composto por membro independente e representantes dos acionistas, é responsável por propor recomendações ao Conselho de Administração sobre a gestão integrada de riscos, bem como avaliar os níveis de apetite de riscos da Instituição, políticas, estratégias e supervisionar a atuação do *CRO (Chief Risk Officer)*, avaliando o grau de aderência aos processos de gerenciamento de riscos e capital.
- **Comitê de Auditoria:** composto pela diretoria do Banco, com a participação de membro independente, atuando como especialista financeiro, é responsável pela supervisão dos processos de controles internos e de administração de riscos, pelas atividades da auditoria interna e as atividades das empresas de auditoria independente do Banco.
- **Comitê de Remuneração:** composto por representantes dos acionistas especialistas no assunto, é responsável por assessorar o Conselho de Administração do Banco na condução da política de remuneração de seus Administradores.

RELAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES COLIGADAS E/OU CONTROLADAS

Em 8 de fevereiro de 2019, o Banco teve deferido pela JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo, o Termo de Autenticação - Registro de Constituição da empresa CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI (empresa individual de responsabilidade limitada). É uma empresa subsidiária, onde o Banco é detentor de 100% (cem por cento) do capital social.



REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS E REINVESTIMENTO DE LUCROS

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado pelas importâncias destinadas à constituição da reserva legal, incentivos fiscais e à formação ou reversão da reserva para contingências.

A destinação das reservas estatutárias deverá ser deliberada em Assembleia Geral, quando o saldo dessa reserva, somado às demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) do capital social, podendo ocorrer sua utilização para o aumento de capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

GESTÃO DE CAPITAL E DOS RISCOS DE LIQUIDEZ, MERCADO, CRÉDITO E OPERACIONAL

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco visa assegurar um crescimento sustentável com efetivo controle das operações, otimizando a utilização do capital e garantindo a solvência da Instituição, o aprimoramento contínuo dos seus processos e maior segurança e retorno aos nossos acionistas.

O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada por uma estrutura segregada das demais unidades de negócios. Com o objetivo de garantir uma atuação independente, está estruturada à área de Riscos, responsável pelo gerenciamento integrado dos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, risco estratégico, reputacional, socioambiental e gestão do capital. O processo de Gerenciamento Integrado de Riscos consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, reportar e mitigar os riscos do Banco, reportando-os à alta Administração da Instituição por meio de uma estrutura de comitês periódicos. A aprovação das políticas e dos relatórios de acesso público referentes ao gerenciamento de riscos é submetida para aprovação do Conselho de Administração. As informações detalhadas sobre a estrutura de gerenciamento de riscos do Banco podem ser consultadas no site www.carrefoursolucoes.com.br na página de Governança Corporativa.

BANCO CSF MOBILIZADO PARA ENFRENTAR A COVID-19

O Banco mantém suas atividades operacionais, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e das demais autoridades, com intuito de garantir a continuidade dos negócios e adotando ações sobre os seguintes pilares:



Crédito & Cobrança

- Ações estratégicas de cobrança;
- Redução de despesas não essenciais;
- Ações de aquisição: ajuste nas estratégias dos canais; e
- Ações de manutenção: adaptação nas estratégias de linha de crédito.



Clientes

- Educação financeira;
- Alívio da taxa de juros e prazos;
- Direcionando clientes para acessar canais digitais; e
- Apoio ao microempreendedor através da divulgação gratuita no site Cartão Atacadão.



Liquidez & Capital

- Controle do índice de Basileia;
- Letra financeira com garantia de ativos de crédito; e
- Instrumentos de captação de longo prazo, reforçando o fluxo de caixa.



Pessoal & Operações

- Descontos exclusivos para funcionários;
- Reforço e acompanhamento nos protocolos de saúde;
- Fortalecimento das operações e atendimento ao cliente;
- Ações para garantir a entrega de cartões, senhas e faturas; e
- Trabalho Remoto para funcionários e atendimento ao cliente.

AGRADECIMENTOS

O Banco agradece a todos os nossos clientes, pela preferência e confiança e aos nossos colaboradores, pela entrega e dedicação, sem eles não conseguiríamos obter os resultados alcançados.

A DIRETORIA

São Paulo, 10 de fevereiro de 2022.



Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Introdução

O Comitê de Auditoria é um órgão consultivo permanente, que assessora o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades de supervisão, analisando e assegurando a observância, por parte do Banco, das leis e regulamentos aplicáveis.

É responsável pela supervisão (i) dos processos de controles internos e de administração de riscos; (ii) das atividades da Auditoria Interna; e (iii) das atividades das empresas de auditoria independente do Banco.

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria do Banco estabelece a sua composição por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 4 (quatro) membros, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração, sendo que um dos membros, no mínimo, deverá ser designado Especialista Financeiro. Por ser uma instituição de capital fechado, o Banco enquadra-se ao Item II do Art. 13 da Resolução CMN nº 3.198/04, que permite a eleição de diretores do Banco como integrantes do comitê.

O Comitê de Auditoria elevou o nível de governança incorporando um membro independente em 25 março de 2019, que também foi nomeado como Especialista Financeiro, restabelecendo a conformidade com a resolução CMN nº 3.198/04. Desta forma, o comitê passou a possuir 4 (quatro) membros aprovados pelo Banco Central do Brasil. As reuniões do Comitê de Auditoria do Banco contaram também com a presença de diretores da Auditoria Interna do Banco Itaú S.A. e da diretoria do Carrefour Comércio e Indústria Ltda. como convidados, ambos sócios do Banco, além das áreas de Auditoria Interna (Coordenador do Comitê) e Compliance (Secretária do Comitê) do Banco.

As atividades do Comitê de Auditoria do Banco iniciaram-se em 23 de março de 2016 e atualmente apresenta a seguinte composição:

Carlos Eduardo Carvalho Mauad	Presidente
Roberto Sadami Ikegami	Membro
Laércio Schulze de Sousa	Membro
José Ronaldo Vilela Rezende	Especialista Financeiro / Membro Independente

Atividades exercidas

No intuito de cumprir suas atribuições e, em atendimento ao previsto em seu Calendário Anual de Trabalho, o Comitê de Auditoria reuniu-se 8 (oito) vezes no ano de 2021. As demonstrações financeiras relativas ao fechamento de dezembro de 2021 foram analisadas em reunião de 10/02/2022, oportunidade em que também foi avaliado e aprovado o presente relatório.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados a processos contábeis e financeiros, controles internos, processos de negócio e produtos, operações, crédito e cobrança, compliance, segurança da informação, gestão de riscos e atividades de Auditoria Interna e a revisão do modelo de provisão de crédito IFRS9.

Em conjunto com a Auditoria Externa, acompanhou e verificou os trabalhos do período, em especial a revisão das demonstrações financeiras e o relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/09.

Foram examinadas as demonstrações financeiras elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, em especial o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e a conformidade com as práticas contábeis adotadas no país.

Nas situações em que foram identificadas oportunidades de melhoria, foram sugeridos aprimoramentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no período, em linha com as suas atribuições, o Comitê de Auditoria concluiu que: (i) o Sistema de Controles Internos está bem consolidado e não identificou no período fatos relevantes ou evidências que permitissem inferir que o Sistema de Controles Internos, como um todo, não é efetivo; (ii) a Auditoria Interna, tendo por base os assuntos discutidos, desempenha suas funções de forma independente e adequada; (iii) a Auditoria Externa - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. - realizou seus trabalhos de forma independente e efetiva; e (iv) as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2021 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no país e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco e estão em condições de ser aprovadas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

À Diretoria, ao Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco CSF S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco CSF S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco CSF S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída levando em consideração a IFRS 9 – “Financial Instruments”. Essa norma contábil requer que a mensuração da referida provisão considere o modelo de perdas esperadas.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

O Banco utiliza modelo interno na apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, cuja mensuração leva em consideração determinadas premissas sobre as perdas históricas na carteira de operações de crédito, assim como projeções futuras. A perda esperada de crédito é calculada com base em critérios matemáticos e estatísticos para toda a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, e consideramos a classificação dos empréstimos nos estágios previstos no IFRS 9 em função das mudanças na qualidade do crédito transacionado à época.

Devido à relevância da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, do uso de estimativa e premissas por parte da Diretoria utilizados no modelo interno para a determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria, incluindo o envolvimento de membros seniores da nossa equipe e de especialistas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco para a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos as transações de pagamentos; (b) leitura da política de provisionamento do Banco para a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos as transações de pagamentos; (c) envolvimento de especialistas na revisão do modelo utilizado e das premissas adotadas; (d) entendimento do processo e dos controles internos relacionados à mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (e) revisão da aplicação dos critérios de provisionamento dessas operações, com base em amostra; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Diretoria do Banco para determinar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

O Banco elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, sobre as quais emitimos relatório do auditor independente, com opinião sem modificação, datado de 10 de fevereiro de 2022.

Valores comparativos de 31 de dezembro de 2020

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 15 de fevereiro de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar o Banco e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Carlos Claro
Contador
CRC nº 1SP236588/O-4



Balço Patrimonial Consolidado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.321	495.148
Ativos financeiros		12.257.730	10.404.137
Ao custo amortizado		11.760.990	10.046.089
Operações de crédito	5.1	6.490.980	5.589.988
(-) Provisão para perda esperada	5.1	(3.431.981)	(3.238.797)
Outros ativos financeiros	5.1 e 5.2	9.098.571	8.116.876
(-) Provisão para perda esperada	5.1 e 5.2	(396.580)	(421.978)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6	496.740	358.048
Títulos e valores mobiliários		496.740	358.048
Ativos fiscais		448.420	300.775
Correntes		4.262	6.850
Diferidos	21	444.158	293.925
Outros ativos	7	691.487	603.450
Imobilizado	8	87.407	62.426
Intangível	9	752.672	767.989
Total do Ativo		14.248.037	12.633.925
Passivo	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Passivos financeiros		8.740.297	6.993.397
Ao custo amortizado		8.740.297	6.993.397
Captações no mercado aberto	10.4	46.800	-
Depósitos	10.1,10.2 e 10.3	747.708	329.430
Recursos de aceites e emissão de títulos	10.5	1.341.568	1.185.911
Outros passivos financeiros	10.6	6.604.221	5.478.056
Provisões	12	312.131	338.439
Passivos fiscais		755.047	560.559
Correntes	21.4	755.047	560.559
Outros passivos		1.792.215	2.020.912
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4.998	59
Sociais e estatutárias	11.1	178.501	99.252
Outras obrigações fiscais	11.2	41.642	36.175
Outros passivos	11.3	1.567.074	1.885.426
Total do Passivo		11.599.690	9.913.307
Capital social integralizado	13	1.742.000	1.742.000
Reservas de capital	13.1	5.235	3.354
Reservas de lucros	13.2	902.525	977.829
Outros resultados abrangentes	13.3	(1.413)	(2.565)
Total do Patrimônio Líquido		2.648.347	2.720.618
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		14.248.037	12.633.925

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



Demonstração Consolidada do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receitas de juros e similares	14	2.245.034	1.990.450
Despesas de juros e similares	15	(76.705)	(50.794)
Resultado líquido de juros		2.168.329	1.939.656
Provisão para perda esperada		(1.387.891)	(1.159.478)
Provisão para perda esperada	5.1.5	(1.413.989)	(957.354)
Provisão para perda esperada - compromissos de empréstimos	12.2.2	26.098	(202.124)
Reversões (despesas) de provisões de contingências	12.2.2	(11.847)	(6.322)
Receitas de prestação de serviços	16	1.539.413	1.245.976
Despesas de pessoal	17	(175.999)	(199.593)
Outras despesas administrativas	18	(976.293)	(879.723)
Despesas com depreciação e amortização	8 e 9	(97.782)	(89.994)
Despesas tributárias	19	(246.129)	(196.729)
Outras receitas (despesas) operacionais	20	(11.617)	(68.128)
Resultado operacional		800.184	585.665
Outras receitas (despesas)		-	442
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social		800.184	586.107
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(441.006)	(253.224)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	151.021	19.512
Lucro líquido		510.199	352.395
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		510.199	352.395
Lucro por ação			
Quantidade de ações (mil)			
Ordinárias		1.114.671	1.114.671
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)			
Ordinárias		0,46	0,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido	510.199	352.395
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado do exercício:		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	965	(2.465)
Variação de valor justo - TVM	1.753	(4.482)
Impostos diferidos - TVM	(788)	2.017
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado do exercício:		
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego	187	275
Total do resultado abrangente	511.351	350.205
Resultado abrangente atribuível à participação dos acionistas controladores	511.351	350.205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Atribuído à participação dos Acionistas Controladores						Total patrimônio líquido
		Capital social integralizado	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes		
						Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego	
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.142.000	2.539	1.324.686	-	(2)	(373)	2.468.850
Lucro líquido		-	-	-	352.395	-	-	352.395
Destinações:								
Reserva Legal	13.2	-	-	17.412	(17.412)	-	-	-
Reserva Estatutária	13.2	-	-	235.731	(235.731)	-	-	-
Dividendos a pagar sobre o lucro gerado no exercício	13.4	-	-	-	(99.252)	-	-	(99.252)
Aumento de capital - Incorporação de reservas	13	600.000	-	(600.000)	-	-	-	-
Pagamento baseado em instrumento de capital	13.1	-	815	-	-	-	-	815
Ajuste ao valor justo - TVM	13.3	-	-	-	-	(2.465)	-	(2.465)
Ajuste ao valor atuarial - Benefícios pós-emprego	13.3	-	-	-	-	-	275	275
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.742.000	3.354	977.829	-	(2.467)	(98)	2.720.618
Mutação do exercício		600.000	815	(346.857)	-	(2.465)	275	251.768
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.742.000	3.354	977.829	-	(2.467)	(98)	2.720.618
Lucro líquido		-	-	-	510.199	-	-	510.199
Destinações:								
Reserva Legal	13.2	-	-	31.316	(31.316)	-	-	-
Reserva Estatutária	13.2	-	-	300.382	(300.382)	-	-	-
Dividendos a pagar sobre o lucro gerado no exercício	13.4	-	-	-	(178.501)	-	-	(178.501)
Pagamento baseado em instrumento de capital	13.1	-	1.881	-	-	-	-	1.881
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	13.4	-	-	(287.971)	-	-	-	(287.971)
Juros sobre capital próprio de exercícios anteriores	13.4	-	-	(119.031)	-	-	-	(119.031)
Ajuste ao valor justo - TVM	13.3	-	-	-	-	965	-	965
Ajuste ao valor atuarial - Benefícios pós-emprego	13.3	-	-	-	-	-	187	187
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.742.000	5.235	902.525	-	(1.502)	89	2.648.347
Mutação do exercício		-	1.881	(75.304)	-	965	187	(72.271)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		2.003.292	1.643.136
Lucro líquido		510.199	352.395
Ajustes ao lucro líquido:		1.493.093	1.290.741
Depreciações e amortizações	8 e 9	97.782	89.994
Provisão para perdas esperadas de ativos financeiros	5.1.5	1.413.989	957.354
Provisão para perdas esperadas de ativos financeiros - compromissos de empréstimos	12.2.2	(26.098)	202.124
Provisão para ações cíveis, trabalhistas, obrigações legais e outras provisões fiscais	12.2.2	11.847	6.322
Outras provisões		60.189	8.784
Provisão para passivos fiscais		71.991	43.999
Atualização monetária de depósitos judiciais	20	(16.157)	(9.647)
Atualização monetária de impostos a compensar	20	(128)	(78)
Ativos e passivos fiscais diferidos	21.3	(151.021)	(19.513)
Apropriação de juros em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(24.323)	(12.278)
Juros não pagos de passivos financeiros ao custo amortizado		49.973	20.445
Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital	13.1	2.567	1.101
(Ganho) / Perda na venda do imobilizado	8	8	(211)
Ajuste de avaliação atuarial (benefícios pós-emprego)		36	49
Juros sobre arrendamento		2.438	2.296
Varição de ativos e passivos		(1.872.985)	(929.059)
(Aumento) / Redução em ativos		(3.331.412)	(2.024.880)
Ativos financeiros a custo amortizado		(3.149.629)	(1.892.541)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(113.405)	(55.124)
Outros ativos		(68.378)	(77.215)
(Redução) / Aumento em passivos		1.458.427	1.095.821
Passivos financeiros a custo amortizado		1.746.195	1.058.853
Outros passivos		(15.748)	250.088
Realização de provisões cíveis e trabalhistas		(12.057)	(18.173)
Juros pagos de passivos financeiros a custo amortizado		(49.266)	(35.397)
Impostos pagos		(210.697)	(159.550)
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais		130.307	714.077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de Uso	8	(43.663)	(16.340)
Alienação de imobilizado de Uso	8	-	297
Aquisição de intangível	9	(63.791)	(43.661)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(107.454)	(59.704)
Atividades de financiamento			
Dividendos pagos	26.1	(387.223)	(160.612)
Juros sobre capital próprio pagos	26.1	(119.031)	-
Amortização de juros - contrato de arrendamento		(2.438)	(2.296)
Amortização de principal - contrato de arrendamento		1.012	(840)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(507.680)	(163.748)
Aumento / (Diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		(484.827)	490.625
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		495.148	4.523
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	10.321	495.148
Disponibilidades	4	10.321	7.768
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	-	487.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

O Banco CSF S.A. ("Banco"), controlado pelo Atacadão S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Dr. Chucri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andares - Vila Cordeiro - São Paulo - SP, constituído em 31 de agosto de 2006 e está autorizado a operar nas Carteiras de Investimento, Crédito, Financiamento e Investimentos regulamentadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O BACEN concedeu a autorização para funcionamento do Banco, através do despacho da Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro em 31 de agosto de 2006, publicado no Diário Oficial da União em 4 de setembro de 2006. As atividades do Banco deram início em janeiro de 2007, com o cartão *Private Label* utilizado por seus clientes para realização de compras dentro da rede Carrefour.

Atualmente, o Banco é um dos principais emissores de cartão de crédito no Brasil, emitindo cartões com as marcas Carrefour e Atacadão, com as bandeiras Visa e Mastercard.

Em 8 de fevereiro de 2019, a JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo deferiu o Termo de Autenticação - Registro de Constituição da empresa CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI (empresa individual de responsabilidade limitada). É uma empresa subsidiária, o Banco é detentor de 100% (cem por cento) do capital social.

Em 25 de maio de 2020, foi dado início as atividades da conta reserva do Banco (SPB / conta STR), conforme a Circular BACEN nº 4.011/20, através do correio nº 120039130.

Em 20 de setembro de 2021, foi aprovado pelo INSS a oferta do produto Consignado, conforme processo nº 35014.017761/2021-69.

2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pela *Accountant Standards Board* (IASB) e com as interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o balanço patrimonial consolidado, a demonstração consolidada do resultado, a demonstração consolidada do resultado abrangente, a demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as notas explicativas.

Adicionalmente, a demonstração financeira individual foi elaborada localmente de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, doravante denominados "BRGAAP", e estão sendo apresentadas separadamente dessas demonstrações.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: títulos e valores mobiliários são mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O Banco classifica suas despesas pelo critério de natureza.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa apresenta as alterações no caixa e equivalentes de caixa ocorridas no exercício, oriundas das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos. A nota 4 apresenta a classificação dos itens de caixa e equivalentes de caixa nas contas do balanço patrimonial consolidado. A demonstração consolidada dos fluxos de caixa foi elaborada utilizando o método indireto. Portanto, o saldo de lucro antes dos impostos foi ajustado por transações que não afetam o caixa, tais como, provisões, depreciações, amortizações e perdas por redução ao valor recuperável de operações de crédito. Os juros e dividendos recebidos e pagos são classificados como atividades operacionais, de financiamento ou investimento nos fluxos de caixa de acordo com a natureza correspondente nos ativos e passivos.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer a adoção de estimativas e premissas que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e da divulgação das receitas e despesas durante o exercício. As demonstrações financeiras consolidadas incluem várias estimativas e premissas, incluindo, mas não limitado à adequação da provisão para perda esperada de ativos e passivos financeiros, estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, depreciação e amortização, perdas por redução ao valor recuperável dos ativos, vida útil dos ativos intangíveis, avaliação para realização de ativos fiscais, provisões para contingências e provisões para potenciais perdas originadas de incertezas fiscais e tributárias. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas estão divulgadas na nota 2.3.

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Administração em 10 de fevereiro de 2022.

2.2. Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

2.2.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Alterações a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

As alterações resumem-se em:

- Modificação de ativos e passivos financeiros: Expediente prático que permite substituir, como consequência da reforma, a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente, sem desconhecimento do contrato;



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021. Não houve impactos previsto pelo Banco, na data da demonstração financeira consolidada.

2.2.2. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em exercícios futuros

Alteração ao IAS 37 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2022. Os impactos são avaliados até a data de entrada em vigor dos normativos.

Alterações a IFRS 3 - Referência à Estrutura Conceitual, Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 e IFRS 16 - Arrendamentos

As alterações resumem-se em:

- O IFRS 3 trás a inclusão da exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 - Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. As alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.

- As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, prevendo medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão; IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, esclarecendo que ao aplicar o teste de "10%" para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na, ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez; IFRS 16 - Arrendamentos, excluindo o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros, sem data de vigência.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2022. Os impactos são avaliados até a data de entrada em vigor dos normativos.

Alterações a IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações a IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial. Elas esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes baseia-se nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação refere-se à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Alterações a IFRS 17 - Contratos de Seguros

Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS para contratos de seguros que visa substituir o IFRS 4 - Contratos de Seguro.

Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.3. Estimativas utilizadas

Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, das receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco e de sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3.2. Consolidação

Entidades controladas são todas as entidades às quais o Banco está exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. Uma avaliação de controle é realizada de forma contínua. A entidade controlada é consolidada a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir.

2.3.3. Perda de crédito esperada

Em cada data de apresentação, o Banco avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e ativos financeiros mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui "indícios de perda por redução ao valor recuperável" quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

O Banco considera um ativo financeiro inadimplente, ou seja, que é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma), nos seguintes casos:

- Ativo financeiro com mais de 90 dias de atraso;
- Ativo financeiro renegociado com mais de 30 dias de atraso;
- Ativo financeiro referente a clientes em litígio com o Banco ou clientes com óbito confirmado;
- Ativo financeiro referente a clientes que possuem outra dívida classificada como inadimplente pelo Banco.

O período máximo na estimativa de perda de crédito é o período durante o qual o banco está exposto ao risco de crédito e há expectativa de recuperação significativa dos valores a receber.

Aumento significativo no risco de crédito: o Banco avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: o tipo e as características do produto, considerando os seguintes critérios objetivos como fatores mínimos:

- Estágio 1 para estágio 2: atraso superior a 30 dias, ou aumento da probabilidade de *default* maior do que 4 vezes desde a concessão do crédito, ou probabilidade de *default* superior a 20%;
- Estágios 1 ou 2 para estágio 3: conforme definição de inadimplência descrita acima.

Cada instrumento financeiro tem suas características de aumento significativo de risco avaliadas individualmente pelo Banco para fins de classificação em estágios. Os parâmetros de provisionamento atribuídos aos instrumentos financeiros, nos diferentes estágios, são dados por modelagem coletiva, por agrupamentos com base em características de risco de crédito homogêneas.

Cenários Macroeconômicos: Essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

2.3.4. Modificação de ativos financeiros

Os fatores utilizados para determinar se houve alteração substancial do contrato são: modificação nos fluxos de caixa contratuais e extensão significativa do prazo da operação devido às dificuldades financeiras do devedor, alterações significativas na taxa de juros e mudança na moeda em que a operação é denominada.

2.3.5. Transferência de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando todos os riscos e benefícios de sua propriedade são transferidos.

2.3.6. Baixa de ativos financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a utilização da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na demonstração consolidada do resultado do Banco. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na demonstração consolidada do resultado.

2.3.7. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o Banco irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos. Todos os ativos fiscais estão reconhecidos na contabilidade, ou seja, o Banco CSF não possui créditos não ativados.

2.3.8. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de inputs específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

2.3.9. Provisões, contingências e obrigações legais

O Banco revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possam ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como perdas "Prováveis" são registradas na rubrica "Provisões".

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

2.3.10. Derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Banco não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos e assim não possui contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

3. Principais políticas contábeis

3.1. Base para consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas a partir da data de aquisição (data em que o Banco adquire controle) até à data em que o Banco deixa de exercer o controle sobre a controlada.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Controladas

Uma controlada é uma entidade sobre a qual o Banco exerce o controle, direta ou indiretamente. Uma entidade é controlada quando o Banco é exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. O Banco considera todos os fatos e circunstâncias ao avaliar se controla uma subsidiária, tais como direitos resultantes de acordos contratuais ou potenciais direitos de voto substanciais detidos pelo Banco.

Os resultados da controlada adquirida durante o exercício estão incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data de aquisição do controle.

No País	Moeda Funcional	Atividade	Participação % Consolidada
CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI	Real	Corretora de Seguros	100%

3.2. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis*, substancialmente, com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data das demonstrações financeiras consolidadas.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos em instituições financeiras, incluindo as disponibilidades, bem como aplicações interfinanceiras de liquidez, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor justo, bem como possuem prazo total de aplicação de até 90 dias a partir da data da aplicação. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.4. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Banco passou a adotar o IFRS 9 que descreve os requerimentos para classificar e mensurar os ativos e passivos financeiros.

Dois critérios devem ser considerados para determinar a classificação dos ativos financeiros, sendo o primeiro o modelo de negócios do Banco na gestão de seus ativos financeiros e o segundo as características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros, podendo ser: a custo amortizado; valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou valor justo por meio de resultado (“VJR”).

Sob IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido, tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Modelo de negócios: é determinado em um nível que reflète como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir um objetivo comercial específico e gerar fluxos de caixa, não dependendo das intenções da administração em relação a um instrumento individual. Dessa forma, representa se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos financeiros ou ambos.

SPPI Test

O SPPI Test tem como objetivo efetuar a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelos instrumentos financeiros, verificando se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado.

O Banco avaliou o modelo de negócio dos seus ativos financeiros e não identificou instrumentos financeiros que se enquadram no conceito de valor justo por meio do resultado mencionado acima.

Custo amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Taxa de juros efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Para o cálculo da taxa de juros efetiva, o Banco estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O Banco classifica a hierarquia de valor justo, conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o Banco transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa. Caso contrário, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utiliza uma hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: São preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. Na ausência de um mercado principal, os ativos e passivos podem ser negociados no mercado mais vantajoso.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Se o ativo ou o passivo tiver prazo determinado (contratual), a informação classificada nesse nível deve ser observável, substancialmente, pelo prazo integral do ativo ou passivo.

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Esses dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Perda de crédito esperada

O Banco avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros.

A perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber.

A norma traz o conceito de perda esperada (incluindo o uso de informações prospectivas) e classificação em três estágios. Um ativo migrará de estágio de perdas de crédito esperadas à medida que o risco de crédito se deteriorar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio anterior.

Estágio 1: o Banco classifica neste estágio o instrumento financeiro considerado saudável, adimplente ou com inadimplência igual ou inferior a 30 dias, ou que não tenha um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa o *default* resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;

Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem evidência objetiva de *impairment* (evento de inadimplência), ou se observada inadimplência superior a 30 dias, o instrumento financeiro será classificado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete o *default* estimado da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, são utilizados os indicadores monitorados na gestão de risco de crédito como o critério de atraso (30 dias) e aumento na probabilidade de *default*; e

Estágio 3: Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera ativos em *default* (atraso acima de 90 dias, ou 30 dias para instrumentos de reestruturação de dívida).

Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam o Banco a risco de crédito, consistem primariamente de caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber. O Banco mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com os critérios e objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As exposições do Banco aos riscos de crédito estão divulgadas na nota 25.3.

3.5. Ativos e passivos

Estão apresentados pelo valor de realização, acrescidos, quando aplicável, de rendimentos e variações monetárias.

3.6. Outros ativos

São representadas, substancialmente, por valores pagos relativos à contratação de licença de uso de *software*, antecipação de despesas de prestação de serviços de processamento de dados e seguros contratados. Tais valores são apropriados ao resultado pelo prazo previsto contratualmente.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Fazem parte também do grupo de despesas antecipadas os custos com originação do cartão de crédito de emissão do Banco. Tais custos são amortizados levando-se em consideração o prazo médio de durabilidade dos cartões, assim como o percentual observado de ativação dos plásticos.

3.7. Ativo imobilizado

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil econômica estimada dos bens, detalhadas na nota 8, baseada em laudo de avaliação técnica elaborado por empresa especializada.

3.8. Ativo intangível

São registrados pelo custo, deduzido da amortização calculada pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, detalhadas na nota 9, baseada em laudo de avaliação técnica elaborado por empresa especializada e correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade.

3.9. Ajuste ao valor de recuperação de ativos não financeiros (*Impairment*)

Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de redução do valor de recuperação dos mesmos.

3.10. Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados por valores das exigibilidades considerando os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras consolidadas, reconhecidos em base *pro rata* dia. Os valores e prazos estão demonstrados na nota 10.

3.11. Provisões, contingências e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com o IAS 17, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões para contingências são realizadas de acordo com o IAS 37.

O Banco adota a seguinte metodologia de provisão para contingências cíveis e trabalhistas:

- a) As ações cíveis com depósitos judiciais, para garantia da ação, e as com risco acima de R\$ 25 mil, são provisionadas na totalidade dos depósitos e do risco, registrados contabilmente, para cada ação. A Administração do Banco entende que estes valores representam a melhor estimativa de perda.
- b) Para as demais ações cíveis, é realizado expurgos das ações com risco baixo ou inexistente de desembolso, para as demais, o Banco adota a metodologia de média móvel, calculada, levando em consideração as perdas efetivas dos últimos doze meses e a quantidade de processos encerrados a favor do autor para o mesmo período, sobre esse valor é aplicado um percentual que pode variar de 30% a 100%, de acordo com a fase em que o processo se encontra, assim, a perda esperada é mensurada para estes processos de forma agregada.
- c) A constituição da provisão para processos trabalhistas leva em consideração o valor nominal envolvido de cada ação e a fase processual. Sobre esse valor é calculado um percentual de provisão que pode variar de 5% a 100%, de acordo com a fase em que o processo se encontra. Assim, os processos trabalhistas são agregados de acordo com a fase processual para mensuração da perda esperada.

Para os processos trabalhistas movidos por funcionários de empresas terceirizadas, a provisão é constituída somente quando envolver empresa terceira inativa e somente na fase recursal e de execução, observando os percentuais de 35% a 100%.

- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - Referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

3.12. Benefícios pós-emprego

O Banco participa de plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido. A obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos, e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente são reconhecidos na demonstração do resultado.

O Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução CMN nº 4.424/15, referendando o IAS 19 - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.



**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)**

O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada exercício.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na demonstração consolidada do resultado na rubrica imposto de renda e contribuição social, exceto quando refere-se a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente acumulado, tais como: o imposto sobre valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e benefícios pós emprego. Posteriormente estes itens são reconhecidos no resultado na realização do ganho/perda dos instrumentos.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Despesas tributárias".

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 20 mil no mês, e contribuição social 15%, de janeiro de 2019 até fevereiro de 2020, 20%, de março de 2020 até junho de 2021 e 25% de julho de 2021 até dezembro de 2021, e 1º de janeiro de 2022, a alíquota volta a ser 20%. Adicionalmente, foram constituídos créditos tributários às mesmas alíquotas vigentes para o imposto de renda e contribuição social, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros, suficientes para a compensação desses créditos.

Aprovada pelo Congresso Nacional em outubro de 2019, a PEC 06/2019 dispõe sobre a Previdência Social e outros assuntos, tratando inclusive da majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos Bancos (inciso I, do parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001), que passou a ser de 20%, a partir de sua entrada em vigor.

Em virtude da publicação da Lei nº 14.183/21 a alíquota da CSLL foi majorada de 20% para 25% a partir de 1º de julho de 2021 até dezembro de 2021. (Lei nº 14.183/21 - Inciso II - 25% até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% a partir de 1º de janeiro de 2022, no caso das pessoas jurídicas referidas no inciso I do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 2001).

3.14. Reservas de pagamentos baseados em instrumentos de capital

O custo é reconhecido como despesa com benefícios a empregados e corresponde ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga, ou seja, a data em que os beneficiários são informados das características e termos do plano. Como o plano é liquidado com instrumentos patrimoniais, o benefício representado pelo pagamento baseado em ações é registrado como despesa com benefícios a empregados em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com o IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações. O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga.

3.15. Receitas de contratos com clientes

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes: O pronunciamento substitui o IAS 18 – Receita e o IAS 11 – Contratos de Construção, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita retrate a transferência de bens ou serviços para o cliente.

3.16. Informações por segmentos

O IFRS 8 – Informações por segmento requer a divulgação de informações sobre os segmentos operacionais de uma entidade derivada do sistema de relatórios internos e usadas pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade para tomar decisões sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho.

O Banco oferece aos seus clientes cartões de crédito "Carrefour" e, desde 2017, "Atacadão" que podem ser utilizados nas lojas do Grupo e em outros locais, bem como crédito ao consumidor. Tendo em vista que o Banco opera somente no segmento de Cartão de Crédito e a empresa CSF Administradora e Corretora de Seguros Eireli, a qual o banco tem participação, possui um saldo imaterial no Consolidado, a Administração optou por não abrir a nota explicativa.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	10.321	7.768
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	487.380
Total	10.321	495.148

5. Ativos financeiros ao custo amortizado

Operações de crédito incluem a carteira em dia com incidência de juros (Crédito Pessoal, saque, parcelamento de fatura, compras parceladas com juros), a carteira inadimplente e a carteira em *default*. Outros ativos financeiros - valores a receber relativos a transações de pagamento incluem a carteira em dia sem nenhuma incidência de juros; por isso a menor concentração de risco e provisão.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

5.1. Operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento

As informações da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão assim sumarizadas:

5.1.1. Composição da carteira por tipo de operação - pessoas físicas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos	6.490.980	5.589.988
Valores a receber relativos a transações de pagamento (i)	8.860.326	7.944.518
Total de operações de crédito	15.351.306	13.534.506
(-) Provisão para perda esperada - Valores a receber relativos a transação de pagamento	(396.580)	(421.978)
(-) Provisão para perda esperada - Empréstimos	(3.431.981)	(3.238.797)
Total de provisão para perda esperada	(3.828.561)	(3.660.775)
Total de operações de crédito	11.522.745	9.873.731

(i) Referem-se aos valores a faturar de clientes, relativos às compras realizadas com cartão de crédito no período, entre a data da compra e a data do faturamento, e às transações de parcelamento de compras que não envolvam juros (parcelado sem juros), nota explicativa nº 5.2.

5.1.2. Composição da carteira por estágios

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Operações de crédito	Provisão para perda esperada	Total de operações de crédito	Operações de crédito	Provisão para perda esperada	Total de operações de crédito
Estágio 1	9.872.722	(416.384)	9.456.338	7.852.366	(366.667)	7.485.699
Estágio 2	1.680.737	(474.031)	1.206.706	1.911.967	(268.685)	1.643.282
Estágio 3	3.797.847	(2.938.146)	859.701	3.770.173	(3.025.423)	744.750
Total	15.351.306	(3.828.561)	11.522.745	13.534.506	(3.660.775)	9.873.731

Em novembro de 2021, houve a atualização dos modelos de perda esperada, com uma pequena variação no estoque de provisão para perdas esperadas de crédito. Durante o período, observamos um crescimento da provisão, com as seguintes causas: (i) Aumento da carteira em Estágio 1, devido a entrada de novas contas e transferências de contas do Estágio 2 por mudança metodológica na classificação de Estágios; (ii) Aumento no percentual de provisão sobre as contas em Estágio 2, que passa a ter um melhor enquadramento no conceito de aumento significativo de risco da norma IFRS 9.

Além disso, ocorreu o crescimento natural de instrumentos financeiros em *default*, mantidos na carteira por sua expectativa significativa de recuperação, sendo esse efeito compensado por vendas de ativos que ocorreram durante o ano de 2021, e baixas por "write-off".

5.1.3. Composição da carteira por vencimento

Prazos	31/12/2021	31/12/2020
Vencidos		
Até 14 dias	163.251	103.889
15-90 dias	524.847	209.406
91-180 dias	538.093	239.068
Após 180 dias	3.003.105	3.251.130
Total vencidos	4.229.296	3.803.493
À vencer		
Até 90 dias	7.224.117	6.279.351
91 - 360 dias	3.314.572	2.914.930
Após 360 dias	583.321	536.732
Total à vencer	11.122.010	9.731.013
(-) Provisão para Perda Esperada	(3.828.561)	(3.660.775)
Total	11.522.745	9.873.731



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

5.1.4. Movimentação da carteira

Movimentação	31/12/2021			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.852.366	1.911.967	3.770.173	13.534.506
Transferências - Estágio 1 (i)	-	(354.754)	490.397	135.643
Transferências - Estágio 2 (i)	354.754	-	290.559	645.313
Transferências - Estágio 3 (i)	(490.397)	(290.559)	-	(780.956)
Aquisição	2.331.734	602.713	691.223	3.625.670
Liquidação	(175.735)	(188.630)	(199.531)	(563.896)
Outros movimentos (ii)	-	-	(1.244.974)	(1.244.974)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.872.722	1.680.737	3.797.847	15.351.306

(i) Transferência líquida entre Estágios.

(ii) Refere-se ao valor total da carteira vendida no exercício de 2021.

Movimentação	31/12/2020			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.541.094	2.329.950	2.699.238	11.570.282
Transferências - Estágio 1 (i)	-	(49.910)	394.501	344.591
Transferências - Estágio 2 (i)	49.910	-	438.799	488.709
Transferências - Estágio 3 (i)	(394.501)	(438.799)	-	(833.300)
Aquisição	1.974.096	288.318	452.113	2.714.527
Liquidação	(318.233)	(217.592)	(214.478)	(750.303)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.852.366	1.911.967	3.770.173	13.534.506

(i) Transferência líquida entre Estágios.

5.1.5. Movimentação da provisão para perda esperada

Movimentação	31/12/2021			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(366.667)	(268.685)	(3.025.423)	(3.660.775)
Transferências - Estágio 1 (i)	-	56.770	(24.964)	31.806
Transferências - Estágio 2 (i)	(56.770)	-	(7.678)	(64.448)
Transferências - Estágio 3 (i)	24.964	7.678	-	32.642
Constituição	(112.680)	(312.585)	(1.249.400)	(1.674.665)
Reversão	10.375	24.905	110.489	145.769
Mudanças nos modelos / parâmetros de risco	84.394	17.886	12.627	114.907
Outros movimentos (ii)	-	-	1.246.203	1.246.203
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(416.384)	(474.031)	(2.938.146)	(3.828.561)

(i) Transferência líquida entre Estágios.

(ii) Refere-se ao valor total da provisão sobre perda esperada referente a carteira vendida no exercício de 2021.

Movimentação	31/12/2020			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(371.988)	(397.566)	(1.933.867)	(2.703.421)
Transferências - Estágio 1 (i)	-	8.516	(282.651)	(274.135)
Transferências - Estágio 2 (i)	(8.516)	-	(314.389)	(322.905)
Transferências - Estágio 3 (i)	282.651	314.389	-	597.040
Constituição	(352.849)	(259.022)	(460.892)	(1.072.763)
Reversão	14.860	31.830	172.130	218.820
Mudanças nos modelos / parâmetros de risco	69.175	33.168	(205.754)	(103.411)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(366.667)	(268.685)	(3.025.423)	(3.660.775)

(i) Transferência líquida entre Estágios.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

5.2. Outros ativos financeiros

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a receber	24.203	-	24.203	16.580	-	16.580
Valores a receber relativos a transação de pagamento (nota 5.1) (i)	8.523.720	336.606	8.860.326	7.716.821	227.697	7.944.518
(-) Provisão para Perda Esperada - Valores a receber relativos a transação de pagamento (nota 5.1)	(388.345)	(8.235)	(396.580)	(411.835)	(10.143)	(421.978)
Diversos:	214.042	-	214.042	155.778	-	155.778
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 22)	92.524	-	92.524	93.371	-	93.371
Devedores diversos no país (ii)	120.570	-	120.570	61.509	-	61.509
Outros valores a receber	948	-	948	898	-	898
Total	8.373.620	328.371	8.701.991	7.477.344	217.554	7.694.898

(i) Referem-se aos valores a faturar de clientes, relativos às compras realizadas com cartão de crédito no período, entre a data da compra e a data do faturamento, e às transações de parcelamento de compras que não envolvam juros (parcelado sem juros).

(ii) Referem-se, substancialmente, a valores a receber de incentivo pelo incremento de vendas nos cartões bandeirados, no montante de R\$ 59.925 (2020: R\$ 49.942), recebimento de clientes em trânsito, no montante de R\$ 1.785 (2020: R\$ 1.363), valores a receber das Bandeiras sobre aliança estratégica, no montante de R\$ 1.293 (2020: R\$ 1.244) e saques em redes credenciadas, no montante de R\$ 1.072 (2020: R\$ 3.769).

6. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Títulos e valores mobiliários

O Banco adota como estratégia de atuação, a aquisição de títulos e valores mobiliários cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros quando necessário. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários foi classificada na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e não houve reclassificação de categoria entre os períodos apresentados.

A carteira de títulos e valores mobiliários é composta como segue:

Descrição	31/12/2021				
	Custo amortizado	Ajuste ao valor justo	Valores por prazo de vencimento		Total
			Até 360 dias	Acima de 360 dias	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i):					
Carteira livre	451.861	(2.462)	-	449.399	449.399
Vinculados a operações compromissadas	47.240	(268)	46.972	-	46.972
Vinculados a garantias	370	(1)	-	369	369
Total	499.471	(2.731)	46.972	449.768	496.740

(i) As operações são classificadas como Nível 1.

Descrição	31/12/2020				
	Custo amortizado	Ajuste ao valor justo	Valores por prazo de vencimento		Total
			Até 360 dias	Acima de 360 dias	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i):					
Carteira livre	362.176	(4.481)	-	357.695	357.695
Vinculados a operações compromissadas	-	-	-	-	-
Vinculados a garantias	354	(1)	-	353	353
Total	362.530	(4.482)	-	358.048	358.048

(i) As operações são classificadas como Nível 1.

O valor justo dos títulos registrados na categoria "disponíveis para venda" foi apurado com base nas informações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA, e a perda não realizada para estes títulos no exercício foi de R\$ 2.731 (2020: R\$ 4.482), impactando negativamente o patrimônio líquido do Banco em R\$ 1.502 (2020: R\$ 2.465), líquido dos efeitos tributários.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

7. Outros ativos

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Devedores por depósitos em garantia (i)	557.349	17.605	574.954	506.709	19.589	526.298
Despesas antecipadas	75.629	36.339	111.968	49.498	24.605	74.103
Impostos a compensar	4.565	-	4.565	3.049	-	3.049
Total	637.543	53.944	691.487	559.256	44.194	603.450

(i) Referem-se, substancialmente, aos depósitos judiciais de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, no montante de R\$ 557.349 (2020: R\$ 506.709), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no montante de R\$ 5.887 (2020: R\$ 5.818), depósitos para garantia de reclamações trabalhistas no montante de R\$ 2.744 (2020: R\$ 3.814), outros depósitos judiciais, referentes a processos cíveis no montante de R\$ 7.751 (2020: R\$ 8.762).

8. Imobilizado

8.1. Composição do ativo imobilizado

Descrição	Taxas anuais de depreciação	31/12/2021			31/12/2020		
		Custo	Depreciação	Valor Contábil	Custo	Depreciação	Valor Contábil
Instalações	10%	11.794	(4.597)	7.197	11.753	(3.458)	8.295
Móveis e equipamentos de uso	De 10% a 20%	5.692	(2.451)	3.241	5.464	(1.881)	3.583
Sistema de comunicação	De 10% a 20%	1.770	(1.537)	233	1.689	(1.401)	288
Sistema de processamento de dados	De 12,5% a 33,3%	121.073	(61.342)	59.731	80.651	(47.076)	33.575
Sistema de Segurança	20%	531	(404)	127	531	(325)	206
Direito de uso de arrendamento	11%	24.041	(7.163)	16.878	21.164	(4.685)	16.479
Total		164.901	(77.494)	87.407	121.252	(58.826)	62.426

8.2. Movimentação do ativo imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Custo		Depreciação		Saldo em 31/12/2021
		Aquisição	Baixa	Despesa	Baixa	
Instalações	8.295	41	-	(1.140)	-	7.196
Móveis e equipamentos de uso	3.583	233	(6)	(572)	4	3.242
Sistema de comunicação	288	82	-	(136)	-	234
Sistema de processamento de dados	33.575	40.430	(8)	(14.269)	2	59.730
Sistema de Segurança	206	-	-	(79)	-	127
Direito de uso de arrendamento	16.479	2.877	-	(2.478)	-	16.878
Total	62.426	43.663	(14)	(18.674)	6	87.407

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Custo		Depreciação		Saldo em 31/12/2020
		Aquisição	Baixa	Despesa	Baixa	
Instalações	8.165	1.309	-	(1.179)	-	8.295
Móveis e equipamentos de uso	4.130	138	(98)	(642)	55	3.583
Sistema de comunicação	372	54	(1)	(138)	1	288
Sistema de processamento de dados	29.836	13.965	(284)	(10.183)	241	33.575
Sistema de Segurança	266	21	-	(81)	-	206
Direito de uso de arrendamento	18.032	853	-	(2.406)	-	16.479
Total	60.801	16.340	(383)	(14.629)	297	62.426

A depreciação é realizada pelo método linear pela estimativa de vida útil dos ativos adquiridos e pelo período de sete anos para o ativo de direito de uso de arrendamento.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

9. Intangível

9.1. Composição do ativo intangível

Descrição	Taxas anuais de amortização	31/12/2021			31/12/2020		
		Custo	Amortização	Valor Contábil	Custo	Amortização	Valor Contábil
Softwares e sistemas desenvolvidos	12,5%	292.366	(141.176)	151.190	251.954	(115.582)	136.372
Softwares e sistemas em desenvolvimento	0%	44.048	-	44.048	20.669	-	20.669
Direito de exclusividade	6,5%	825.000	(267.566)	557.434	825.000	(214.052)	610.948
Total		1.161.414	(408.742)	752.672	1.097.623	(329.634)	767.989

9.2. Movimentação do ativo intangível

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Custo			Saldo em 31/12/2021
		Aquisição	Transferência para utilização	Despesa de Amortização	
Softwares e sistemas desenvolvidos	136.372	9.535	30.877	(25.595)	151.189
Softwares e sistemas em desenvolvimento	20.669	54.256	(30.877)	-	44.048
Direito de exclusividade	610.948	-	-	(53.513)	557.435
Total	767.989	63.791	-	(79.108)	752.672

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Custo			Saldo em 31/12/2020
		Aquisição	Transferência para utilização	Despesa de Amortização	
Softwares e sistemas desenvolvidos	121.841	15.887	20.496	(21.852)	136.372
Softwares e sistemas em desenvolvimento	13.391	27.774	(20.496)	-	20.669
Direito de exclusividade	664.461	-	-	(53.513)	610.948
Total	799.693	43.661	-	(75.365)	767.989

Os ativos intangíveis referem-se à aquisição, desenvolvimento de *software* e direito de exclusividade, destinados à manutenção da atividade do Banco e implementação de novos produtos.

O direito de exclusividade refere-se ao valor pago ao Atacadão S.A. pela exclusividade na oferta e distribuição de serviços financeiros pelo Banco.

A amortização é realizada pelo método linear pela estimativa de vida útil dos ativos adquiridos e desenvolvimento de *software* e pelo período de dezesseis anos para o ativo de direito de exclusividade, durante o qual espera-se que os benefícios futuros sejam substancialmente alcançados.

De acordo com a avaliação elaborada pela Administração sobre os ativos intangíveis, concluiu-se que, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não houve nenhuma indicação relevante de que os ativos possam ter sofrido qualquer desvalorização.

10. Passivos financeiros

10.1. Depósitos à vista

Valores de saldo credor em faturas de cartões de crédito referentes a pagamentos efetuados a maior pelos clientes no montante de R\$ 12.052 (2020: R\$ 8.818).

10.2. Depósitos a prazo

Captações na modalidade CDB - Certificado de Depósito Bancário, por intermédio de corretora, à taxa média de juros pós-fixada é de 101,00% do DI, nas datas-bases de 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Prazo de Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
Até 3 meses	1.605	-
De 3 a 12 meses	174	3.361
De 1 a 3 anos	36.459	1.985
Total	38.238	5.346



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

10.3. Depósitos interbancários

As captações na modalidade CDI - Certificado de Depósito Interbancários foram realizadas em condições de mercado, à taxa DI + 0,85% a.a. (2020: 116,75% do DI). As captações na modalidade DPGE - Depósito a Prazo com Garantia Especial foram contratadas à taxa DI + 1,00% a.a. (2020: DI + 1,00% a.a.).

Prazo de Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
Até 3 meses	423.678	264.805
De 3 a 12 meses	273.740	-
De 1 a 3 anos	-	50.461
Total	697.418	315.266

10.4. Captações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2021 as captações no mercado aberto foram realizadas à taxa de 9,15% a.a. (SELIC) e estão compostas como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Carteira própria:		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (Até 360 dias)	46.800	-
Total	46.800	-

10.5. Recursos de aceites e emissão de títulos

Emissão	Título	Vencimento	Taxa	Pagamento	Valor
22/10/2019	Letras Financeiras	30/10/2023	DI + 0,55% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 112.500
05/05/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	05/05/2023	DI+1,10% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 50.000
13/05/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	15/05/2023	DI+1,10% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 50.000
18/05/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	02/06/2023	DI+1,20% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 50.000
19/05/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	19/05/2023	DI+1,15% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 100.000
20/05/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	19/07/2023	DI+1,20% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 50.000
23/06/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	24/06/2024	DI+1,30% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 100.000
29/07/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	29/07/2024	DI+1,30% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 50.000
23/09/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	23/09/2024	DI+1,30% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 52.000
23/09/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	23/09/2024	DI+1,30% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 8.000
28/09/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	30/04/2024	DI+1,30% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 50.000
29/09/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	10/10/2024	DI+1,30% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 40.000
22/11/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	23/11/2023	DI+1,00% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 116.000
24/11/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	24/11/2024	DI+1,10% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 150.000
25/11/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	27/11/2023	DI+1,00% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 25.000
25/11/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	25/11/2024	DI+1,10% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 25.000
01/12/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	01/12/2023	DI+1,00% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 50.000
01/12/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	02/12/2024	DI+1,10% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 50.000
02/12/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	03/12/2024	DI+1,10% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 25.000
09/12/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	11/12/2023	DI+1,10% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 29.000
10/12/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	11/12/2023	DI+1,10% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 8.500
10/12/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	11/12/2023	109% do DI	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 9.000
13/12/2021	Letras Financeiras Garantidas	02/12/2022	SELIC+0,75% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 113.700
14/12/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	14/12/2023	DI+1,10% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 12.500



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Os valores captados estão acrescidos das despesas auferidas até a data das demonstrações financeiras consolidadas, calculadas “pro rata” dia. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as letras financeiras estão compostas como segue:

Prazo de Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
De 3 a 12 meses	114.297	684.478
De 1 a 3 anos	1.227.271	388.571
De 3 a 5 anos	-	112.862
Total	1.341.568	1.185.911

10.6. Outros passivos financeiros

Valores a pagar a adquirentes, relativos às transações realizadas com cartão de crédito bandeirado.

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recebimentos e pagamentos a liquidar	6.594.840	9.381	6.604.221	5.475.694	2.362	5.478.056
Total	6.594.840	9.381	6.604.221	5.475.694	2.362	5.478.056

11. Outros passivos

11.1 Sociais e estatutárias

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo trata-se de dividendos e bonificações a pagar no montante de R\$ 178.501 (2020: R\$ 99.252).

11.2 Outras obrigações fiscais

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	2.831	-	2.831	3.055	-	3.055
Impostos e contribuições sobre salários	11.920	2.469	14.389	11.840	1.629	13.469
PIS	2.905	-	2.905	2.039	-	2.039
COFINS	17.521	-	17.521	12.550	-	12.550
ISS	2.376	-	2.376	4.358	-	4.358
IRRF	1.620	-	1.620	704	-	704
Total	39.173	2.469	41.642	34.546	1.629	36.175

11.3 Outros passivos

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para despesas de pessoal	45.536	3.072	48.608	47.586	2.711	50.297
Valores a pagar a sociedades ligadas (i)	31.012	-	31.012	34.787	-	34.787
Obrigações por transações de pagamento (ii)	242.906	170.558	413.464	462.850	204.498	667.348
Credores diversos - País (iii)	1.016.629	37.679	1.054.308	1.087.312	27.013	1.114.325
Passivo de arrendamento	1.930	17.752	19.682	1.872	16.797	18.669
Total	1.338.013	229.061	1.567.074	1.634.407	251.019	1.885.426

(i) Referem-se, substancialmente, a pagamentos por serviços prestados no montante de R\$ 20.127 (2020: R\$ 20.893), incentivo de venda no montante de R\$ 6.364 (2020: R\$ 6.981).

(ii) Refere-se a repasses de valores referentes a compras de clientes realizadas nas lojas Carrefour, Atacadão e Magazine Luiza.

(iii) Referem-se, substancialmente, a valores a repassar a bancos sobre créditos cedidos pela empresa Carrefour Comércio e Indústria Ltda. no montante de R\$ 881.010 (2020: R\$ 967.598) e contas a pagar a fornecedores no montante de R\$ 115.403 (2020: R\$ 87.619).



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

12. Provisões, contingências e obrigações legais

12.1. Ativos contingentes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o Banco não identificou ativos contingentes.

12.2. Passivos contingentes

O Banco é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3.11. A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para cobrir perdas decorrentes dos respectivos processos.

12.2.1. Classificação dos passivos contingentes

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para contingências cíveis	9.220	4.841	14.061	8.725	5.892	14.617
Provisões para contingências trabalhistas	3.859	2.599	6.458	3.659	2.462	6.121
Outras Provisões	258	-	258	249	-	249
Compromissos de Empréstimos (i) (ii)	-	291.354	291.354	-	317.452	317.452
Total	13.337	298.794	312.131	12.633	325.806	338.439

(i) Com a aplicação do IFRS 9, o Banco passou a reconhecer uma provisão sobre os compromissos de empréstimos referentes às linhas de créditos concedidas aos clientes dos cartões Carrefour e Atacadão apresentadas nos compromissos futuros. O montante de limite de cartão de crédito concedido (*Off Balance*) é de R\$ 12.189.274 (2020: R\$ 13.456.986).

(ii) O variação no nível de provisão é consequência das atualizações nas metodologias de provisionamento e de mudanças no perfil de risco do portfólio.

12.2.2. Movimentação do passivos contingentes

Descrição	31/12/2021					Total
	Cíveis (i)	Trabalhistas (i)	Outras Provisões	Compromissos de Empréstimos		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	14.617	6.121	249	317.452	338.439	
Constituição	20.188	4.416	9	66.649	91.262	
Atualização monetária	188	395	-	-	583	
Reversão	(10.400)	(2.949)	-	(92.747)	(106.096)	
Realização	(10.532)	(1.525)	-	-	(12.057)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	14.061	6.458	258	291.354	312.131	

Descrição	31/12/2020					Total
	Cíveis (i)	Trabalhistas (i)	Outras Provisões	Compromissos de Empréstimos		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	27.119	5.719	-	115.328	148.166	
Constituição	25.049	4.395	249	218.469	248.162	
Atualização monetária	221	416	-	-	637	
Reversão	(21.381)	(2.627)	-	(16.345)	(40.353)	
Realização	(16.391)	(1.782)	-	-	(18.173)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	14.617	6.121	249	317.452	338.439	

(i) Nas ações cíveis que envolvem disputas, principalmente, relativas a danos morais e materiais e nas ações trabalhistas que envolvem disputas relativas a processos de funcionários do Banco, o montante provisionado representa a avaliação da Administração do Banco sobre as perdas prováveis esperadas nessas ações.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

12.2.3. Cronograma esperado de desembolsos

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Outras Provisões	Compromissos de Empréstimos
Até 1 ano	9.220	3.859	258	-
De 1 a 3 anos	4.841	2.599	-	291.354
Total	14.061	6.458	258	291.354

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

12.2.4. Causas possíveis

Os valores das causas fiscais com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 37.804 (2020: R\$ 3.532), que refere-se, substancialmente, a multas e pedidos de compensação de CSLL.

Os valores das causas cíveis com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 1.944 (2020: R\$ 4.771).

O Banco não tem valores de causas com probabilidade de perda possíveis para ações trabalhistas.

13. Patrimônio líquido

De acordo com a Lei nº 6.404/76, foi aprovado pelos acionistas na AGO/E de 22 de maio de 2020, o aumento de capital, no montante de R\$ 600.000, mediante a utilização de saldo das reservas estatutárias. Tal aumento foi aprovado pelo BACEN em 20 de julho de 2020.

O valor do capital social no exercício é de R\$ 1.742.000 e está dividido em 1.114.671.113 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

13.1. Reserva de capital

Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital

Descrição dos planos de opções de compra de ações

Primeiro plano de opções aprovado ("Plano Pré-IPO") - Pagos com ações da controladora final do Banco - Atacadão S.A.

O primeiro plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral de acionistas, em 21 de março de 2017. O objetivo principal deste plano, implementado de acordo com a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, foi reter um grupo de executivos-chave para o planejamento e a execução da sua oferta pública inicial (IPO), e obter um alinhamento de seus interesses com o interesse dos acionistas. Os executivos elegíveis são nomeados pelo Conselho de Administração, e são empregados do Grupo Carrefour ("Grupo"). O plano é gerido pelo Conselho de Administração, de acordo com as regras do plano aprovadas formalmente. O Conselho de Administração tem a capacidade de, a qualquer momento: (i) modificar ou encerrar o plano; e (ii) estabelecer as regras aplicáveis às situações não tratadas no plano, desde que não altere ou afete negativamente, sem consentimento do beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidas em quaisquer contratos relacionados ao plano.

Os termos e as condições deste plano são regulamentados em um contrato individual com cada executivo elegível. Este contrato, de acordo com as regras aprovadas pela Assembleia Geral de acionistas, define: (i) os executivos elegíveis e sua quantidade individual de opções outorgadas; (ii) o preço de exercício das opções outorgadas; (iii) o cronograma do período de aquisição do direito de exercício (*vesting*); e (iv) as condições para acessar as opções na data de *vesting* ou outros eventos que impactariam a data de *vesting*. Estas condições não incluem condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*).

Os detalhes deste plano de opções de compra de ações são apresentados abaixo:

Número de opções autorizadas ⁽¹⁾	700.364
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	3
Período de exercício das opções ⁽²⁾	A partir do IPO até 21 de março de 2023
Preço de exercício (em R\$ por opção)	11,70

⁽¹⁾ Número de opções autorizadas aprovadas em Assembleia Geral de acionistas em 27 de junho de 2017.

⁽²⁾ As opções podem ser exercidas somente após a ocorrência da oferta pública inicial (IPO) da Controladora e se o beneficiário ainda for empregado pelo Grupo no início do período de exercício, nas seguintes frações:

- 1/3 (um terço) na ocorrência do IPO;
- 1/3 (um terço) após 12 meses a partir da ocorrência do IPO; e
- 1/3 (um terço) após 24 meses a partir da ocorrência do IPO.

Para executivos contratados após a data de aprovação do Plano Pré-IPO (21 de março de 2017), as opções outorgadas no Plano Pré-IPO serão exercíveis de acordo com o seguinte esquema:

- (i) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 12 meses após o IPO;
- (ii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 24 meses após o IPO; e



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

(iii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 36 meses após o IPO.

O *vesting* do primeiro terço das opções outorgadas do Plano Pré-IPO aconteceu no dia 21 de julho de 2017, com a realização da Oferta Primária de Ações, 12 meses depois, o segundo terço das opções tiveram seu *vesting period* completo e 24 meses depois, o terceiro.

Plano de Performance *Stock Options* 2019 ("Plano Regular 19")

O plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 26 de junho de 2017, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem:

- **Elegibilidade:** os administradores e empregados do Grupo;
- **Beneficiários:** os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo;
- **Prazo para que as opções se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga;
- **Prazo máximo para exercício das opções:** até o final do 6º ano da data de tal plano;
- **Diluição societária máxima:** 2,50% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como do plano de opção de compra de ações aprovado; e
- **Preço de exercício:** será determinado pelo Conselho de Administração do Grupo no momento da outorga das opções, que considerará, no máximo, os 30 pregões anteriores à data da outorga da opção.

O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de três condições de performance, com peso de 33% cada:

- Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e fluxo de caixa livre ajustado);
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

Em 26 de setembro de 2019, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a primeira outorga de opções, conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas ⁽¹⁾	320.579
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	8
Período de exercício das opções ⁽²⁾	A partir de 26 de setembro de 2022 até 26 de março de 2025
Preço de exercício (em R\$ por opção)	21,98

⁽¹⁾ Número de opções autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 26 de setembro de 2019.

⁽²⁾ As opções serão liberadas neste prazo e com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Plano de Performance *Shares* Local 2020 e 2021 ("Plano Regular 20" e "Plano Regular 21")

O regulamento do plano de performance *shares* da Controladora foi baseado no regulamento atualizado em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 14 de abril de 2020, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem:

- **Elegibilidade:** os administradores e empregados do Grupo;
- **Beneficiários:** os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo;
- **Prazo para que as opções se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga;
- **Prazo máximo para exercício das opções:** As ações são transferidas para o executivo na data do *vesting*;
- **Diluição societária máxima:** 2,50% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções/ações concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como dos demais planos locais aprovados; e
- **Preço de exercício:** Não há preço de exercício, dado que as ações serão transferidas gratuitamente para os executivos.

O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de cinco condições de performance, com peso de 20% cada:

- Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e fluxo de caixa livre ajustado);
- Condição relacionada à valorização da ação em relação ao mercado externo (*total shareholder return*);
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa;
- Item relacionado à transformação digital da empresa.

Em 10 de novembro de 2020, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a outorga de ações conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas ⁽¹⁾	154.702
Prazo de vida contratual esperada das opções	3 anos
Número de executivos elegíveis	5
Período de exercício das opções ⁽²⁾	Os executivos receberão as ações automaticamente em 10 de novembro de 2023
Preço de exercício (em R\$ por opção)	Não aplicável

⁽¹⁾ Número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 10 de novembro de 2020.

⁽²⁾ As ações serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Em 25 de agosto de 2021, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a outorga de ações conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas ⁽¹⁾	311.745
Prazo de vida contratual esperada das opções	3 anos
Número de executivos elegíveis	16
Período de exercício das opções ⁽²⁾	Os executivos receberão as ações automaticamente em 10 de novembro de 2023
Preço de exercício (em R\$ por opção)	Não aplicável



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

⁽¹⁾ Número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 25 novembro de 2021.

⁽²⁾ As ações serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Mensuração de valor justo

O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga, conforme demonstrado nos itens abaixo.

Condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*) não são consideradas na estimativa do valor justo das opções de compra de ações na data da mensuração. No entanto, são considerados na estimativa do número esperado de instrumentos patrimoniais que irão proporcionar a aquisição de direito, atualizado a cada período baseado na taxa de realização esperada para as condições de desempenho que não são de mercado.

O custo calculado conforme acima descrito é reconhecido em linha reta ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*).

A tabela a seguir apresenta uma relação dos parâmetros do modelo utilizado (*):

	Plano Pré-IPO	Plano Regular 19
Valor justo da opção na data da outorga (R\$ por opção)	3,73	5,20
Valor justo do preço da ação (R\$ por ação)	11,70	21,98
Rendimento de dividendos (%)	1,35	1,09
Volatilidade esperada (%)	29,02	27,20
Taxa de retorno livre de risco (%)	10,25	5,57
Prazo de vida esperada das opções (anos)	2,72	3
Modelo utilizado	<i>Black-Scholes</i>	<i>Black-Scholes</i>

(*) Aplicável somente a planos de modalidade opções de compras de ações.

Volatilidade e rendimento de dividendos

Plano Pré-IPO: O Grupo, que ainda não estava listado no momento da aprovação do plano, definiu os parâmetros básicos com base nas cinco empresas de varejo de capital aberto como Grupo comparável, considerando a diferença na capitalização de mercado, o Grupo adotou os valores médios da volatilidade e rendimento de dividendos como a base mais apropriada para o exercício de avaliação.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar, estabelecemos a taxa anual de retorno livre de risco em 10,25%.

Plano Regular: O Grupo utilizou como parâmetro de volatilidade a taxa divulgada no site da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) para o período de 12 meses e o rendimento de dividendos com base nos lucros distribuídos pelo Grupo no ano base anterior à outorga.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar.

Conciliação de opções de compra de ações / ações restritas em circulação (planos regulares)

Os movimentos no plano de opções de ações / ações restritas no período de 31 de dezembro de 2020 e de 2021 foram os seguintes:

	Plano Regular 19	Plano Regular 20
Opções/ações pendentes em 31 de dezembro de 2020	128.178	90.420
Opções/ações concedidas até 31 de dezembro de 2021	-	28.818
Opções/ações canceladas até 31 de dezembro de 2021	(12.000)	-
Opções/ações pendentes em 31 de dezembro de 2021	116.178	119.238

(Plano Pré-IPO)

Não houve movimentação nas opções de ações para o Plano Pré-IPO, entre os períodos de 31 de dezembro de 2020 e de 2021.

Descrição dos planos de remuneração de ações

Em 27 de fevereiro de 2019, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 14ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 17 de maio de 2016 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas.

Em 26 de fevereiro de 2020, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas.

Em 17 de fevereiro de 2021, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas.

O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada:

- Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e fluxo de caixa livre ajustado);



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- Retorno total ao acionista; e
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

Os detalhes do plano de ações em 31 de dezembro de 2021, são demonstrados abaixo:

	Plano Grupo 19	Plano Grupo 20	Plano Grupo 21
Data da Outorga ⁽¹⁾	27 de fevereiro de 2019	26 de fevereiro de 2020	17 de fevereiro de 2021
Data da reunião do Conselho de Administração	17 de maio de 2017	14 de junho de 2019	14 de junho de 2019
Data do <i>vesting</i> ⁽²⁾	26 de fevereiro de 2022	27 de fevereiro de 2023	14 de fevereiro de 2024
Total de ações outorgadas número na data de outorga	26.400	11.464	23.500
Número de ações outorgadas	28.500	15.018	23.500
Valor justo de cada ação (em EUR por opção) ⁽³⁾	14,32	13,05	11,85

⁽¹⁾ Data da notificação (data em que os participantes são notificados sobre as características do plano).

⁽²⁾ As ações serão entregues somente se o participante permanecer no grupo no fim do período do *vesting period* e se as condições de performance forem atingidas.

⁽³⁾ Preço da ação do Carrefour S.A. (França) na data da outorga (preço de referência) ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o *vesting period*.

	Plano Regular 21
Ações outorgadas em 31 de dezembro de 2020	-
Opções/ações transferidas até 31 de dezembro de 2021	23.500
Ações outorgadas em 31 de dezembro de 2021	23.500

Não houve movimentações nas ações outorgadas dos Planos Grupo 19 e Grupo 20, entre os exercícios de 31 de dezembro de 2020 e de 2021.

Descrição	31/12/2021
Plano Grupo 19	9.900
Plano Grupo 20	12.549
Plano Grupo 21(*)	23.500

(*) Para plano Grupo 21, considera-se ações pendentes na data de outorga.

Despesas reconhecidas no resultado

As despesas de pagamentos baseados em ações do Banco totalizaram, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 2.567 (2020: R\$ 945).

13.2. Reserva de lucros

Reserva de Lucros

A Reserva Legal tem por finalidade, assegurar a integridade do capital social, compensar prejuízos ou aumentar capital.

Os saldos das Reservas Estatutárias visam garantir meios financeiros para a operação do Banco, bem como garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) do capital social. Caberá à Assembleia Geral deliberar acerca da destinação do valor que ultrapasse o limite em questão, podendo ocorrer a distribuição do valor excedente, sua utilização para aumento do capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

13.3. Outros resultados abrangentes

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ajuste ao valor justo - TVM	(1.502)	(2.467)
Benefícios pós-emprego	89	(98)
Total	(1.413)	(2.565)

13.4. Dividendos

De acordo com o Estatuto Social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, apurado com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil "BRGAAP", ajustado pela importância destinada à constituição da reserva legal.

Descrição	Total	31/12/2021 Reais por Ação
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2020 (i)	99.252	0,08904
Dividendos adicionais propostos (com base em reservas estatutárias de anos anteriores) (i)	189.303	0,16983
Dividendos adicionais propostos (com base em reservas estatutárias de anos anteriores) (ii)	98.668	0,08852
Juros sobre capital próprio (com base em reservas estatutárias de anos anteriores) (ii)	119.031	0,10679
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos	506.254	0,45417
Dividendos mínimos obrigatórios referentes a 31 de dezembro de 2021 (iii)	178.501	0,16014
Total de dividendos a pagar	178.501	0,16014

(i) Na Assembleia Geral em 29 de abril de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, decorrentes do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e dividendos adicionais propostos decorrente de lucros gerados em exercícios anteriores a 2020. Em



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

21 de junho de 2021, o Banco liquidou dividendos no montante de R\$ 288.555.

(ii) Na Assembleia Geral Extraordinária em 09 de dezembro de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais propostos e juros sobre capital próprio decorrentes de lucros gerados em exercícios anteriores a 2020. Em 10 de dezembro de 2021, o Banco liquidou dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 217.699.

(iii) Em 31 de dezembro de 2021, a Administração efetuou o registro de R\$ 178.501 a título de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes aos 30% (trinta por cento) definidos no Estatuto Social, oriundos de lucros gerados no exercício de 2021, registrados no passivo circulante.

Descrição	Total	31/12/2020 Reais por Ação
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2019 (i)	160.612	0,17779
Total de dividendos pagos	160.612	0,17779
Dividendos mínimos obrigatórios referentes a 31 de dezembro de 2020 (ii)	99.252	0,08904
Total de dividendos a pagar	99.252	0,08904

(i) Na Assembleia Geral em 22 de maio de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, decorrentes do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Em 23 de junho de 2020, o Banco liquidou dividendos no montante de R\$ 160.612.

(ii) Em 31 de dezembro de 2020, a Administração efetuou o registro de R\$ 99.252 a título de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes aos 30% (trinta por cento) definidos no Estatuto Social, oriundos de lucros gerados no exercício de 2020, registrados no passivo circulante.

14. Receitas com juros e similares

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de empréstimos	2.218.839	1.835.990
Recuperação de créditos - renegociação	909	139.514
Rendas de operações com títulos e valores mobiliários	17.951	8.797
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	7.335	6.149
Total	2.245.034	1.990.450

15. Despesas de juros e similares

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de letras financeiras	(62.980)	(33.800)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(12.247)	(15.050)
Despesas de operações compromissadas	(994)	(1.810)
Despesas de depósitos a prazo	(484)	(134)
Total	(76.705)	(50.794)

16. Receitas de prestação de serviços

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de tarifa bancária (i)	581.758	489.593
Rendas de intercâmbio (ii)	501.902	374.614
Comissão sobre intermediação na venda de seguros	212.236	173.361
Tarifa de pacote SMS	100.675	87.938
Serviços prestados a ligadas (iii)	74.498	63.985
Tarifa de avaliação emergencial de crédito	57.777	55.739
Outros serviços (iv)	10.567	746
Total	1.539.413	1.245.976

(i) Referem-se, substancialmente, às receitas de tarifa de anuidade no montante de R\$ 581.391 (2020: R\$ 488.981).

(ii) Referem-se às receitas de comissões, sobre compras nacionais e internacionais, pagas pelos adquirentes ao Banco emissor do cartão utilizado.

(iii) Referem-se às rendas de comissões sobre as compras, com ou sem juros, realizadas por clientes com Cartão Carrefour e Cartão Atacadão, emitidos pelo Banco.

(iv) Referem-se, substancialmente, à rendas com taxa de adesão para uso do serviço de subadquirência.

17. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Proventos	(108.050)	(135.271)
Encargos sociais	(41.286)	(41.707)
Benefícios	(24.923)	(21.760)
Treinamento	(1.740)	(855)
Total	(175.999)	(199.593)



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

18. Outras despesas administrativas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com serviços de terceiros (i)	(364.853)	(348.264)
Despesas de processamento de dados (ii)	(249.844)	(204.790)
Despesas de propaganda e publicidade	(90.196)	(69.654)
Despesas de comunicações	(76.974)	(83.894)
Despesas com serviços técnicos especializados (iii)	(61.530)	(61.821)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(39.653)	(48.605)
Despesas de aluguel	(34.838)	(29.944)
Despesas com materiais	(18.455)	(13.473)
Despesas com honorários administrativos	(13.668)	(3.011)
Despesas com filantropias	(12.415)	(3.976)
Outras (iv)	(13.867)	(12.291)
Total	(976.293)	(879.723)

(i) Referem-se, substancialmente, às despesas com correspondentes bancários no país no montante de R\$ 224.669 (2020: R\$ 191.294) e serviços de cobrança no montante de R\$ 138.609 (2020: R\$ 153.475).

(ii) Referem-se, substancialmente, às despesas com processamento das operações de cartão de crédito.

(iii) Referem-se, substancialmente, às despesas com auditoria, consultorias, assessorias e honorários advocatícios.

(iv) Referem-se, substancialmente, às despesas com manutenção e conservação de bens.

19. Despesas tributárias

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
COFINS	(164.287)	(133.601)
ISS	(33.655)	(30.117)
PIS	(27.161)	(21.711)
Atualização de contingências de CSLL	(17.987)	(9.683)
Outras	(3.039)	(1.617)
Total	(246.129)	(196.729)

20. Outras receitas (despesas) operacionais

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de créditos baixados como prejuízo - cessão (i)	112.560	75.067
Incentivo de vendas recebido das Bandeiras	59.288	65.648
Reversão de provisão de riscos operacionais	27.221	1.855
Incentivos por renovação contratual	20.104	-
Recuperação de custos de comissões de seguros	17.885	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	16.157	9.647
Incentivo por cumprimento de metas de seguros	15.000	-
Participação nos lucros com venda de seguros	7.481	13.554
Variação cambial ativa	4.609	5.250
Outras rendas operacionais (ii)	4.029	5.785
Atualização monetária de impostos a compensar	128	78
Intercâmbio nacional e internacional (iii)	(174.983)	(136.405)
Bonificações	(59.228)	(54.338)
Despesas com fraudes	(21.397)	(12.321)
Perdas operacionais	(16.496)	(10.646)
Provisão para crédito em confiança	(8.510)	(15.683)
Incentivos de vendas	(6.365)	(6.981)
Outras (iv)	(9.100)	(8.638)
Total	(11.617)	(68.128)

(i) Nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram realizadas cessões da carteira em prejuízo, impactando o resultado em R\$ 112.560 (2020: R\$ 75.067).



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

(ii) Referem-se, substancialmente, a reversão de provisão de ISS pela Lei complementar nº 157/18 no montante de R\$ 2.242 (2020: R\$ 0), receita com descontos obtidos no montante de R\$ 401 (2020: R\$ 1.215) e reversão de provisão de multa - Procon no montante de R\$ 76 (2020: R\$ 2.080).

(iii) Referem-se às despesas incorridas pela utilização da marca das bandeiras Visa e MasterCard.

(iv) Referem-se, substancialmente, a variação cambial passiva no montante de R\$ 3.172 (2020: R\$ 3.207) e tarifas cobradas pelos adquirentes, sobre as operações de recebimento de fatura no montante de R\$ 1.151 (2020: R\$ 786).

21. Imposto de renda e contribuição social

21.1 Despesas com impostos e contribuições

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	800.184	586.107
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(400.092)	(263.748)
Ajustes:		
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	15.570	(215)
Diferença de alíquotas - Constituição diferidos à 45%	(10.556)	-
Provisão de riscos fiscais - CSLL Adicional 5%	24.571	11.296
Tributos de exercícios anteriores	-	475
Efeito tributário sobre (adições) / exclusões permanentes:		
Outras despesas indedutíveis	68.731	12.319
Deduções de incentivos/subvenções fiscais	11.743	6.137
Efeito tributário do adicional de IRPJ	48	24
Total	(289.985)	(233.712)

21.2 Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social	800.184	586.107
Imposto de renda e contribuição social	289.985	233.712
Alíquota efetiva	36,24%	39,88%

A alíquota efetiva variou 3,64% substancialmente em função da distribuição de juros sobre capital próprio entre o Banco e sua controladora BSF Holding S/A.

21.3 Movimentação dos ativos fiscais diferidos

Descrição	31/12/2021					
	IR			CS		
	Saldo em 31/12/2020	Constituição / (Realização)	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Constituição / (Realização)	Saldo em 31/12/2021
Refletido no Resultado						
Provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos (i)	106.167	84.691	190.858	84.934	67.753	152.687
Provisão para outras despesas de pessoal / participação nos lucros	8.795	(8)	8.787	7.035	(7)	7.028
Provisão para contingências tributárias	36.241	4.498	40.739	28.993	3.599	32.592
Provisão para perdas operacionais	5.216	(4.677)	539	4.173	(3.742)	431
Provisão para contingências cíveis	3.654	(139)	3.515	2.923	(111)	2.812
Provisão para contingências trabalhistas	1.530	85	1.615	1.224	68	1.292
Saldo de prejuízo fiscal (IRPJ) e base negativa (CSLL)	752	(727)	25	271	(262)	9
Refletido no Patrimônio Líquido						
Ajuste ao valor justo sobre títulos e valores mobiliários	1.121	(438)	683	896	(350)	546
Total	163.476	83.285	246.761	130.449	66.948	197.397



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Descrição	31/12/2020					
	IR			CS		
	Saldo em 31/12/2019	Constituição / (Realização)	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019	Constituição / (Realização)	Saldo em 31/12/2020
Refletido no Resultado						
Provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos (i)	102.941	3.226	106.167	78.541	6.393	84.934
Provisão para outras despesas de pessoal / participação nos lucros	6.945	1.850	8.795	5.401	1.634	7.035
Provisão para contingências tributárias	33.718	2.523	36.241	26.974	2.019	28.993
Provisão para perdas operacionais	1.650	3.566	5.216	1.265	2.908	4.173
Provisão para contingências cíveis	6.779	(3.125)	3.654	5.294	(2.371)	2.923
Provisão para contingências trabalhistas	1.430	100	1.530	1.123	101	1.224
Saldo de prejuízo fiscal (IRPJ) e base negativa (CSLL)	246	506	752	88	183	271
Refletido no Patrimônio Líquido						
Ajuste ao valor justo sobre títulos e valores mobiliários	2	1.119	1.121	2	894	896
Total	153.711	9.765	163.476	118.688	11.761	130.449

(i) O saldo dos créditos tributários está demonstrado pelo valor líquido, considerando a reativação de operações de crédito renegociadas após a baixa para prejuízo.

21.4 Imposto de renda e contribuição social a pagar

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
CSLL - Adicional 6% (i)	582.053	-	582.053	510.063	-	510.063
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	172.994	-	172.994	50.496	-	50.496
Total	755.047	-	755.047	560.559	-	560.559

(i) O Banco questiona judicialmente a legalidade da Lei 11.727/08, que majorou a alíquota da CSLL de 9% para 15%, realizando mensalmente o depósito judicial, equivalente à majoração (6%). Em 15/06/2020, foi publicada decisão do STF nas ações Declaratórias de Inconstitucionalidade, ADI's 4.101 e 5.485, julgando constitucional a majoração das alíquotas de CSLL para as instituições financeiras. A aplicação dessa decisão não é automática aos demais casos, devendo ser proferida uma decisão específica na ação do Banco.

22. Transações entre partes relacionadas

22.1 Empresas ligadas

As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao IAS 24.

Em 31 de dezembro de 2021, as partes relacionadas eram compostas pelas seguintes empresas:

- BSF Holding S.A., controladora direta do Banco;
- Carrefour Comércio e Indústria Ltda., controlador indireto do Banco;
- Comercial de Alimentos Carrefour Ltda. e Atacadão S.A., empresas ligadas;
- Itaú-Unibanco S.A., Nova Tropi Gestão de Empreendimentos LTDA e Ewally Tecnologia e Serviços S.A, outras partes relacionadas.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as operações com tais partes relacionadas caracterizam-se, basicamente, por:

Partes relacionadas/ Operações	Ativo/ (Passivo)		Receitas/ (Despesas)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.				
Nota de crédito	-	16	-	-
Desconto de campanhas	1.001	841	-	-
Valores a receber (i)	40.987	43.479	-	-
Valores a receber - descontos concedidos a funcionários	265	290	-	-
Valores a receber - <i>Ecommerce</i>	9	13	-	-
Valores a receber - desconto em folha de pagamento de funcionários	4.208	3.755	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(11.523)	(13.660)	(109.643)	(109.352)
Repasses de valores e comissões (iii)	(239.176)	(536.801)	48.064	41.525
Aluguéis a pagar	(776)	(710)	(12.605)	(11.513)
Despesas administrativas (iv)	-	-	(123)	274
Outras despesas operacionais	-	-	(29.608)	(8.750)
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.				
Valores a receber (i)	1.140	1.234	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(368)	(371)	(4.466)	(3.943)
Repasses de valores e comissões (iii)	(1.332)	(13.797)	958	1.022
Atacadão S.A.				
Desconto de campanhas	312	933	-	-
Valores a receber (i)	40.582	39.436	-	-
Valores a receber - desconto em folha de pagamento de funcionários	4.020	3.374	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(8.283)	(6.916)	(98.941)	(84.802)
Repasses de valores e comissões (iii)	(69.049)	(68.437)	25.178	21.427
Aluguéis a pagar	(719)	(522)	(10.742)	(8.368)
Direito de exclusividade	557.434	610.948	(53.512)	(53.511)
Itaú-Unibanco S.A.				
Depósitos interfinanceiros	(423.678)	-	(6.884)	(3.492)
Operações compromissadas	(46.800)	-	428	(200)
Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda.				
Certificado de depósito bancário	(2.220)	(2.147)	(95)	(66)
BSF Holding S.A.				
Dividendos a pagar	(178.501)	(99.252)	-	-
Empréstimos a Pagar	-	(3.358)	(85)	(138)
Certificado de depósito bancário	(35.538)	(1.585)	(24)	(38)
Ewally Tecnologia e Serviços S.A.				
Valores a receber - comissões	81	-	580	98

(i) Referem-se a recebimentos de clientes nos pontos de vendas das lojas Carrefour e Atacadão.

(ii) Referem-se a serviços de cadastro e manutenção de clientes e prestação de serviços de correspondente bancário no país, com contrapartida em despesa.

(iii) Referem-se a repasses de compras efetuadas por clientes nas lojas Carrefour Comércio e Indústria Ltda., Comercial de Alimentos Carrefour Ltda. e Atacadão S.A., líquidos de comissão, com contrapartida em receita.

(iv) Refere-se à reversão de despesa administrativa.

22.2 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	13.668	10.611
Pagamento baseado em instrumento de capital	5.235	3.353
Contribuição aos planos de aposentadoria	257	191
Total	19.160	14.155



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

23. Benefícios a empregados

Com o objetivo de complementar os benefícios da previdência social com um plano de contribuição variável, o Banco atua como patrocinador contribuindo, mensalmente, com o fundo de previdência limitando-se ao percentual mínimo de 1% e máximo de 5% do salário bruto, de acordo com a opção feita pelo funcionário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa contribuição foi de R\$ 2.516 (2020: R\$ 2.388) e está registrado na rubrica “despesas de pessoal”.

Com base na Resolução CMN nº 4.877/20, o Banco elabora anualmente, para a data-base de dezembro, o estudo atuarial sobre a aplicação do IAS 19 – Benefícios a empregados, que resultou no montante de provisão acumulada de R\$ 331 (2020: R\$ 480).

24. Valor justo dos ativos e passivos

24.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor justo	Nível 1	Valor justo	Nível 1
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	496.740	496.740	358.048	358.048
Títulos públicos	496.740	496.740	358.048	358.048

Nível 1: Para os títulos públicos, a avaliação geralmente baseia-se em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como ANBIMA.

24.2 Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

Os instrumentos financeiros do Banco, exceto os mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

Descrição	31/12/2021			
	Valor contábil	Valor justo	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa (a)	10.321	10.321	10.321	-
Ativos financeiros				
Ao custo amortizado (b)	11.760.990	11.127.207	238.245	10.888.962
Passivos financeiros				
Ao custo amortizado	8.740.297	8.482.343	8.482.343	-
Captações no mercado aberto (a)	46.800	46.800	46.800	-
Depósitos (c)	747.708	746.448	746.448	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (c)	1.341.568	1.131.674	1.131.674	-
Outros passivos financeiros (a)	6.604.221	6.604.221	6.604.221	-
Outros passivos (d)	1.792.215	1.792.215	1.792.215	-

Descrição	31/12/2020			
	Valor contábil	Valor justo	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa (a)	495.148	495.148	495.148	-
Ativos financeiros				
Ao custo amortizado (b)	10.046.089	10.050.629	172.358	9.878.271
Passivos financeiros				
Ao custo amortizado	6.993.397	6.975.660	6.975.660	-
Depósitos (c)	329.430	316.668	316.668	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (c)	1.185.911	1.180.936	1.180.936	-
Outros passivos financeiros (a)	5.478.056	5.478.056	5.478.056	-
Outros passivos (d)	2.020.912	2.020.912	2.020.912	-

Nível 2: O Nível 2 inclui as informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente, que geralmente são: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades etc.); (iv) informações que são derivadas principalmente de/ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Nível 3: O Nível 3 inclui as informações de dados para os ativos que não são baseados em dados observáveis de mercado como o fator de risco de crédito atrelado ao valor justo da carteira de crédito.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) Caixa e equivalentes de caixa, Captações no mercado aberto e Outros passivos financeiros - Os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo, pois caracterizam operações de curto prazo.

b) Ativos financeiros ao custo amortizado

Carteira em dia sem juros: levada a valor futuro pelas taxas equivalentes aos seus vértices de vencimento da curva *Swap* DI Pré. Trazida a valor presente pela taxa DI *Over*. Ambas com data de referência desta demonstração financeira.

Carteira em dia com juros: levada a valor futuro pela taxa média do Banco informada ao BACEN em seus vértices de vencimento. Trazida a valor presente pela taxa média de mercado informada pelo BACEN na data de referência desta demonstração financeira.

Carteira em atraso: levada a valor futuro pela taxa equivalente do vértice 1 da curva *Swap* DI Pré. Trazida a valor presente pela taxa DI *Over*. Ambas com data de referência desta demonstração financeira.

Como componente do Risco de Crédito, atrelado ao cálculo do valor justo para a carteira, o Banco considerou a provisão para perdas esperadas segundo as orientações do IAS-IFRS9 relativa à carteira local. No conceito IFRS9 a metodologia de cálculo já contempla a aplicação de valor justo em sua apuração.

c) Recursos de aceites e emissão de títulos e Depósitos - O valor justo estimado utiliza os vencimentos dos fluxos de caixa trazidos a valor presente pela taxa interpolada do CDI (taxa média entre a data-base atual e data de vencimento do título).

d) Outros passivos - O valor justo é igual ao valor contábil levando em consideração que o pagamento da obrigação não sofrerá alteração até o momento da liquidação.

25. Gestão de Capital e dos riscos de liquidez, mercado, crédito e operacional

O Banco atua com uma estrutura segregada e independente das demais atividades do negócio para a atividade de gerenciamento integrado de riscos e capital, buscando assegurar que os riscos incorridos sejam mitigados e administrados de acordo com os limites estabelecidos.

Na Estrutura Organizacional, o Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer diretrizes, aprovar as políticas e definir o nível de apetite ao Risco na Instituição. O Conselho de Administração conta ainda com uma estrutura de Comitês como ALCO (Comitê de Ativos e Passivos), Comitê de Risco de Crédito, Comitê de Riscos e o CIR (Comitê Integrado de Riscos) que tem por objetivo facilitar a comunicação para a alta Administração.

Com o objetivo de garantir uma atuação independente, a Superintendência de Riscos Integrados é responsável pelo gerenciamento dos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, reputacional, estratégico, socioambiental e gestão do capital. O processo de Gerenciamento Integrado de Riscos consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, reportar e mitigar os riscos do Banco, reportando-os à alta Administração da Instituição por meio de uma estrutura de comitês periódicos. A aprovação das políticas e relatórios de acesso público referentes ao gerenciamento de riscos é submetida para aprovação do Conselho de Administração.

O Banco realiza a gestão integrada de riscos em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, para isto foi aprovado pelo Conselho de Administração um plano de ação, buscando a aderência às melhores práticas de mercado.

25.1 Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como:

- I. a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- II. a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez é realizado por meio de controle diário do fluxo de caixa, elaborado através de modelos internos, projetando cenários de curto e longo prazo, considerando as principais fontes de receitas, despesas e riscos relacionados, e variáveis econômicas que influenciam o negócio, possibilitando uma visão estratégica do impacto do risco de liquidez no negócio. Esses modelos são baseados em metodologias que atendem às necessidades do nosso negócio e passam por validações periódicas através de testes de aderência.

Compõe o gerenciamento de risco de liquidez, a simulação de cenários de estresse considerando que as premissas de maior impacto sejam por eventos internos ou impactos macroeconômicos. Por meio destes cenários podemos definir linhas de contingências e estratégias de liquidez. As decisões são aprovadas no ALCO.

O reporte regulatório das posições relacionadas ao risco de liquidez é realizado por meio do relatório mensal Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL).

Parte da estratégia administrativa de liquidez do Banco consiste em investir em títulos públicos, altamente líquidos e oferecer um retorno satisfatório.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o valor contábil dos ativos e passivos financeiros, o prazo de vencimento contratual restante dos ativos e passivos do Banco e os prazos de amortizações contratuais, assim como os fluxos de caixa futuros, incluindo juros dos instrumentos financeiros.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Ativos	Valor contábil	31/12/2021				Total
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	496.740	46.972	-	-	449.768	496.740
Operações de crédito	15.351.306	11.454.225	3.313.881	583.130	70	15.351.306
(-) Provisão para perda esperada	(3.828.561)	(3.475.225)	(254.760)	(98.574)	(2)	(3.828.561)
Total	12.019.485	8.025.972	3.059.121	484.556	449.836	12.019.485

Passivos	Valor contábil	31/12/2021				Total
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Captações no mercado aberto (i)	46.800	46.800	-	-	-	46.800
Depósitos	747.708	437.335	273.914	36.459	-	747.708
Recursos de aceites e emissão de títulos (ii)	1.341.568	-	114.297	1.227.271	-	1.341.568
Outros passivos financeiros	6.604.221	5.313.586	1.281.254	9.381	-	6.604.221
Total	8.740.297	5.797.721	1.669.465	1.273.111	-	8.740.297

(i) Os vencimentos e rentabilidades das captações no mercado aberto estão detalhados na nota 10.4.

(ii) Os vencimentos e rentabilidades das letras financeiras estão detalhados na nota 10.5.

Ativos	Valor contábil	31/12/2020				Total
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Aplicações em operações compromissadas	487.380	487.380	-	-	-	487.380
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	358.048	-	-	-	358.048	358.048
Operações de crédito	13.534.506	10.082.739	2.915.018	536.708	41	13.534.506
(-) Provisão para perda esperada	(3.660.775)	(3.364.352)	(216.640)	(79.780)	(2)	(3.660.775)
Total	10.719.159	7.205.767	2.698.378	456.928	358.086	10.719.159

Passivos	Valor contábil	31/12/2020				Total
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Depósitos	329.430	273.623	3.361	52.446	-	329.430
Recursos de aceites e emissão de títulos (i)	1.185.911	-	684.478	388.571	112.862	1.185.911
Outros passivos financeiros	5.478.056	4.398.895	1.076.799	2.362	-	5.478.056
Total	6.993.397	4.672.518	1.764.638	443.379	112.862	6.993.397

(i) Os vencimentos e rentabilidades das letras financeiras estão detalhados na nota 10.5

25.2 Risco de mercado

Risco de mercado e risco de taxas de juros da Carteira *Banking* (IRRBB - Risco de mercado) define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. Para estas possibilidades temos duas subdefinições:

- I. o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e
- II. o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Atualmente, o Banco atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e com foco específico no mercado de crédito para pessoas físicas. Essa estratégia permite que o Banco mantenha baixo seu nível de exposição com relação ao risco de mercado. Para realizar operações financeiras no mercado, a Instituição dispõe de uma carteira de títulos públicos de alta qualidade e liquidez, sendo que as operações são negociadas exclusivamente na carteira *banking*.

O *report* regulatório das posições relacionadas ao risco de mercado é efetuado por meio do relatório mensal CADOC 2040, que compõe o "Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM)", em cumprimento às exigências da Resolução CMN nº 3.464/07 e da Circular BACEN nº 3.687/13.

25.2.1 Análise de sensibilidade

O Banco atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras, viabilizando o acesso ao crédito por meio dos Cartões Carrefour e Atacadão. Essa estratégia reflete em uma posição patrimonial de ativos e passivos com menor exposição a alterações significativas em seus valores contábeis apurados em decorrência das incertezas e sensibilidades de riscos de mercado, alterações de taxas de juros, taxas inflacionárias, cambiais e outros fatores econômicos. As principais exposições de ativos e passivos do balanço do Banco em 31 de dezembro de 2021 foram analisadas considerando a sua natureza, critérios de mensuração dos valores contábeis e respectiva exposição a alterações significativas, conforme seguem:



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Ativos

Títulos e valores mobiliários: Instrumentos com baixo risco, e constantemente negociados sem variações relevantes dos valores de mercado e as taxas pós fixadas do instrumento, mesmo que com choques relevantes de cenário, não apresentariam alterações significativas por conta da baixa exposição.

Disponibilidade de moeda estrangeira: A exposição em moeda estrangeira é baixa e não geraria impactos significativos no valor dos ativos do Banco, mesmo que um cenário estressado de risco cambial.

Operações de crédito: O valor apurado corresponde ao montante recebível das faturas em aberto e saldos em atraso negociados a uma taxa de juros fixa com os clientes. Desta forma, as exposições contábeis apuradas não sofrem alteração na sua mensuração em decorrência da alteração de taxas básicas práticas, uma vez que esses efeitos seriam refletidos apenas em posições patrimoniais futuras.

Passivos

As exposições em Depósitos e Letras Financeiras são instrumentos financeiros passivos precificados com base em taxas de juros pós fixados. Entretanto, a alteração dessas taxas não refletiria e uma alteração significativa nas posições contábeis mensuradas para a data de apresentação do balanço, uma vez que os saldos passivos são reflexos do indexador atual praticado em cada um dos instrumentos e qualquer alteração seria refletida apenas em posições futuras.

25.3 Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrerem perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito está baseada na Resolução CMN nº 4.557/17.

Atualmente, o Banco atua no segmento de varejo via concessão de crédito a pessoas físicas através dos cartões Carrefour e Atacadão. Os principais riscos de crédito incorridos pelo Banco estão relacionados à inadimplência de tomadores de créditos na liquidação dos compromissos assumidos, desembolsos financeiros para honrar compromissos de créditos ou operações de naturezas semelhantes e de possíveis renegociações em termos desfavoráveis frente às condições pactuadas inicialmente.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito acompanha os indicadores de concessão de crédito, de utilização do crédito por seus clientes e de recuperação de operações inadimplentes e/ou lançadas à perda contábil.

A concessão de crédito é realizada através da seleção de clientes por análise qualitativa e quantitativa de perfis. Para determinação do limite a ser disponibilizado, a área conta com sistemas automatizados, modelos estatísticos e indicadores gerenciais definidos em políticas internas da Instituição.

A gestão do portfólio é direcionada por indicadores gerenciais e sistemas que permitem alterações de limites de crédito de forma massificada e automática. Critérios de elegibilidade a estas ações, bem como limitadores de valores e períodos para realização das mesmas, estão definidos em política interna.

Sobre a carteira inadimplente ou com tendência à inadimplência são realizadas ações de recuperação da saúde financeira do cliente e das operações com alta probabilidade de *default*. A régua de ações de cobrança, definições estratégicas de atuação, política de descontos em negociações e remuneração de escritórios externos de cobrança estão definidos em política interna.

Os relatórios de análise da carteira de crédito são disponibilizados às áreas de negócio e à alta Administração. Periodicamente são apresentados ao Comitê de Risco de Crédito, ao ALCO e CIR (Comitê Integrado de Riscos) indicadores como o custo de crédito, saldo de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), indicadores de performance e inadimplência da carteira e a parcela de alocação de capital para exposições ao risco de crédito.

A exposição estimada do Banco ao risco de crédito está apresentada abaixo:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Operações de crédito	Provisão para perda esperada	Provisão para perda esperada (%)	Operações de crédito	Provisão para perda esperada	Provisão para perda esperada (%)
Operações de crédito	9.872.722	(416.384)	-4,2%	7.852.366	(366.667)	-4,7%
Limite de crédito	10.893.807	(210.261)	-1,9%	11.066.862	(261.630)	-2,4%
Estágio 1	20.766.529	(626.645)	-3,0%	18.919.228	(628.297)	-3,3%
Operações de crédito	1.680.737	(474.031)	-28,2%	1.911.967	(268.685)	-14,1%
Limite de crédito	1.446.789	(81.093)	-5,6%	2.513.843	(55.822)	-2,2%
Estágio 2	3.127.526	(555.124)	-17,7%	4.425.810	(324.507)	-7,3%
Operações de crédito	3.797.847	(2.938.146)	-77,4%	3.770.173	(3.025.423)	-80,2%
Estágio 3	3.797.847	(2.938.146)	-77,4%	3.770.173	(3.025.423)	-80,2%

A provisão sobre os compromissos contingentes (linhas de crédito dadas aos clientes, mas não usadas) é apresentada na nota 12.2.2.

Os maiores detalhes das operações de crédito é apresentado na nota 5.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

No que diz respeito ao risco de crédito relativos à caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a exposição é baixa, visto que os recursos caixa e equivalentes de caixa são com instituições de *rating* elevados e as aplicações são em títulos públicos no Brasil.

25.4 Risco operacional

Risco Operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos (catástrofes naturais, crises sociais e econômicas do mercado, problemas com infraestrutura e crises sistêmicas) ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui ainda o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e à indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

O Banco classifica os eventos de riscos identificados em seus processos nas seguintes categorias:

- I. Fraude interna;
- II. Fraude externa;
- III. Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- IV. Práticas inadequadas junto aos clientes, produtos e serviços;
- V. Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- VI. Danos que acarretem a interrupção das atividades da Instituição;
- VII. Falhas sistêmicas de tecnologia da informação; e
- VIII. Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na Instituição.

A área de Risco Operacional & Controles Internos encontra-se sob a mesma estrutura dos demais riscos e é responsável por implementar as políticas e os procedimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos operacionais do Banco.

A política de Risco Operacional & Controles Internos do Banco é submetida à revisão e aprovação anual pela Diretoria de Riscos & Governança de Dados e pelo Conselho de Administração, e tem o objetivo de estabelecer as diretrizes e estratégias do gerenciamento de riscos operacionais e controles internos da Instituição, definindo um sistema de regras, princípios e responsabilidades de modo a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar riscos, em conformidade com as regras estabelecidas pelos órgãos reguladores (Conselho Monetário Nacional e BACEN).

Segundo os princípios de boas práticas determinados pelo BACEN, o sistema de gerenciamento de risco operacional do Banco estrutura-se em três linhas de defesa, com papéis e responsabilidades bem definidos, de forma a reafirmar a segregação entre as unidades de negócios e suporte e garantir a gestão dos riscos de forma descentralizada e independente, além de uma governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam à alta Administração.

Dentre as metodologias e ferramentas definidas pela área de Risco Operacional & Controles Internos utilizadas no Banco para o eficaz gerenciamento dos riscos operacionais, ressaltamos:

- I. Mapeamento de riscos e controles;
- II. Base de perdas operacionais;
- III. Execução de testes;
- IV. Monitoramento dos planos de ação para mitigação dos riscos apontados; e
- V. A mensuração da exposição final ao risco.

Em atendimento ao disposto pela Circular BACEN nº 3.640/13, o Conselho de Administração do Banco optou por seguir a metodologia designada por "Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada" para cálculo do Capital Regulatório para Risco Operacional.

25.5. Risco estratégico

Segundo as definições do COSO (2017), o Risco Estratégico pode ser identificado por três grandes dimensões, que dizem respeito à sinergia entre o Planejamento Estratégico e os Riscos relacionados à estratégia. Essas três grandes dimensões são:

- I. A possibilidade da estratégia não estar alinhada com a missão, visão e principais valores;
- II. As implicações derivadas estratégia escolhida;
- III. Riscos na execução da Estratégia.

O processo de definição do Planejamento Estratégico deve considerar os principais riscos que podem afetar os seus objetivos estratégicos e de negócio e resultar em indicadores que permitam ganhos de performance.

O inventário de Riscos Estratégicos foi desenvolvido em sinergia com a área de Planejamento Estratégico. Após a definição das Diretrizes Estratégicas do Banco, os riscos foram avaliados nas 3 dimensões citadas anteriormente.

25.6. Risco socioambiental

Risco socioambiental define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Para o gerenciamento desse risco devemos considerar:

- I. Sistemas, rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações da Instituição;



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- II. Registro de dados referentes às perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo período mínimo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico objeto da operação;
- III. Avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação; e
- IV. Procedimentos para adequação do gerenciamento do risco socioambiental às mudanças legais, regulamentares e de mercado.
- Contamos com procedimentos internos para identificar, avaliar, gerenciar e mitigar os riscos socioambientais das operações e atividades. Este gerenciamento ocorre de acordo com as diretrizes descritas nos itens abaixo:
- I. Aprovação de novos produtos e serviços: Avaliamos e gerenciamos os potenciais impactos socioambientais negativos de produtos e serviços por meio de uso de critérios no processo de criação e/ou revisão dos nossos produtos, incluindo os riscos de reputação, e possuímos normas internas de aprovação de produtos e serviços avaliando aspectos regulatórios e de gestão de riscos;
- II. Relação com partes interessadas: Promovemos o desenvolvimento contínuo e a oferta de produtos e serviços financeiros que contribuam com o desenvolvimento sustentável;
- III. Fornecedores e prestadores de serviços: Buscamos sempre trabalhar com prestadores de serviços/fornecedores que tenham boa conduta ética e que incentivem a adoção de boas práticas dentro de suas empresas, repudiando qualquer prática que não esteja em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes, que se mostrem vinculadas a ações de favorecimento pessoal ou que caracterizem situações de corrupção ou suborno. Para nos assegurar destes riscos, incluímos em todos os contratos com fornecedores, cláusulas que estipulam obrigações anticorrupção e socioambientais, incluindo a coibição de trabalho escravo, infantil e exploração sexual, bem como o respeito ao meio ambiente, dependendo do escopo de atividade do fornecedor ou prestador de serviços;
- IV. Orientação financeira: Reconhecemos a importância do uso consciente dos produtos financeiros pelos clientes pessoas físicas, incluindo os próprios funcionários da Instituição. Por isso, promovemos a educação financeira, por meio da informação e da orientação para o uso adequado e consciente do crédito; e
- V. Governança: Mantemos uma estrutura de governança compatível com nosso porte e a natureza do nosso negócio, buscando promover o tratamento adequado das questões socioambientais. Para tanto, possuímos o Diretor de Riscos, Crédito & Cobrança, responsável pelo cumprimento da Política de Gestão do Risco Socioambiental.

25.7 Risco reputacional

O risco reputacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos que possam prejudicar a imagem do Banco. Dentre as metodologias e ferramentas definidas pela área de Gestão Integrada de Riscos, que modela o risco reputacional do Banco, ressaltamos:

- I. Base de reclamações por jornada de cliente;
- II. Acompanhamento das citações em mídias sociais;
- III. Modelagem das informações para perda esperada; e
- IV. Monitoramento do apetite a riscos de reclamações x contas ativas.

Para assegurar uma gestão efetiva do risco à estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos abrange:

- Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;
- Atividades de gerenciamento de risco reputacional (monitoramento, controle e avaliação); e
- Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria, Comitê Integrado de Riscos e Conselho de Administração).

25.8 Gestão de capital

Gestão de capital na Instituição reflete um processo contínuo de ações que consideram os seguintes pontos de acordo com a exigência regulatória:

- I. Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- II. A avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está exposta; e
- III. Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Para assegurar uma gestão efetiva do capital a estrutura de Gerenciamento de Capital abrange:

- Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;
- Atividades de gerenciamento de capital (monitoramento, controle, avaliação e necessidade de capital e planejamento de metas) realizadas por área específica e segregada das demais áreas do negócio;
- Comitê de Ativos e Passivos como órgão decisório; e
- Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria, Comitê de Riscos e Conselho de Administração).

A Instituição possui um plano de capital consistente para um horizonte de tempo de 3 anos. Este plano é atualizado anualmente e inclui a projeção do capital disponível considerando o planejamento estratégico, as principais fontes de capital e um plano de contingência para suprir uma possível necessidade de capital, inclusive em cenários de estresse, dando suporte a Instituição para alcançar as metas definidas.

A divulgação de informações referente à Gestão de Capital fica a cargo da área de Riscos, que reporta ao ALCO e ao CIR as informações do capital da Instituição, bem como informações a respeito dos processos acompanhados. O ALCO, por sua vez, é responsável por monitorar a adequação de capital e analisar os resultados apresentados com periodicidade mínima de quatro vezes ao ano.

A avaliação de suficiência do capital para suportar os riscos aos quais a Instituição está exposta é apurada por meio da relação entre Alocação de Capital Regulatório (RWA) para os riscos de crédito, mercado e operacional e o capital da Instituição.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

O indicador utilizado para medir a suficiência é o Índice de Basileia, que é apurado mensalmente pela área de Gestão Integrada de Riscos, utilizando as premissas determinadas nos normativos divulgados pelo BACEN.

Este gerenciamento é realizado por meio do Índice de Basileia que é apurado entre a relação de patrimônio de referência e os ativos ponderados pelos riscos, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil "BRGAAP". No Brasil, o índice mínimo requerido para 2021 é de 8%.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo requerido e o Índice de Basileia, apurado de acordo com as Resoluções da CMN e as normas do BACEN.

Patrimônio de Referência	31/12/2021	31/12/2020
Nível I	2.108.223	2.049.057
Capital Principal	2.860.895	2.817.046
Ajuste Prudencial	(752.672)	(767.989)
Total	2.108.223	2.049.057
Exigibilidades para Cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA		
RWA _{CPAD} - Risco de Crédito	11.413.774	12.050.055
RWA _{MPAD} - Risco de Mercado	16.400	11.101
RWA _{OPAD} - Risco Operacional	1.113.476	944.031
Total	12.543.650	13.005.187
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	1.003.492	1.040.415
Folga em relação ao PR Mínimo Requerido	1.104.731	1.008.642
Índice de Basileia	16,8%	15,8%

Os dados demonstrados refletem aos valores apurados nas demonstrações financeiras "BRGAAP".

O Índice de Basileia de 31 de dezembro de 2021 subiu em relação ao período anterior devido ao aumento do Patrimônio de Referência (PR) e a redução nos ativos ponderados pelo risco (RWA). O aumento do PR é proveniente do crescimento orgânico do Banco no ano. A redução no RWA, em particular no RWACpad (Risco de Crédito), refere-se à não alocação de capital para limites disponíveis para crédito pessoal (sujeito à análise de crédito). O nível de solvência da Instituição permanece acima do mínimo exigido pelo regulador local (8%), em aderência à Resolução CMN nº 4.193/13.

26. Outras informações

26.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Descrição	Passivo	Patrimônio Líquido		Total
	Dividendos a distribuir	Capital Social	Reservas de lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	160.612	1.142.000	1.324.686	2.627.298
Aumento de Capital Social	-	600.000	(600.000)	-
Recursos provenientes da destinação do resultado	99.252	-	253.143	352.395
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos pagos	(160.612)	-	-	(160.612)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	99.252	1.742.000	977.829	2.819.081
Recursos provenientes da destinação do resultado	178.501	-	331.698	510.199
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos pagos	(99.252)	-	-	(99.252)
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	-	-	(287.971)	(287.971)
Juros sobre capital próprio de exercícios anteriores	-	-	(119.031)	(119.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	178.501	1.742.000	902.525	2.823.026



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

27. Informações suplementares

O Governo brasileiro e o BACEN tomaram medidas para combater os impactos da COVID-19 nas operações de crédito, captação de recursos e temas relativos ao capital.

A seguir relacionamos as principais medidas adotadas:

- Resolução CMN nº 4.782/20 - facilita a renegociação de operações de créditos de pessoas físicas e jurídicas, dispensando os bancos de aumentarem o nível de provisionamento destas operações;
- Resolução CMN nº 4.783/20 - diminui as exigências de capital mínimo para as instituições, reduzindo o percentual exigido de capital de conservação de 2,5% para 1,625%, de forma a ampliar a capacidade de concessão de crédito das instituições;
- Resolução CMN nº 4.795/20 - autoriza o BACEN a conceder operações de empréstimo por meio de Linha Temporária Especial de Liquidez para aquisição de Letra Financeira com garantia em ativos financeiros ou valores mobiliários (LTEL-LFG);
- Resolução CMN nº 4.803/20 - alterada pela Resolução nº 4.855/20 permite a reclassificação das operações renegociadas entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020 para o nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020;
- Resolução CMN nº 4.820/20 estabelece, por prazo determinado, vedações a remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, a recompra de ações e a redução de capital social, a serem observadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando os potenciais efeitos da pandemia do corona vírus (COVID-19) sobre o Sistema Financeiro Nacional;
- Circular nº 4.030/20 altera a Circular nº 3.809/16, que estabelece os procedimentos para o reconhecimento de instrumentos mitigadores no cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD), de que trata a Resolução nº 4.193/13;
- Resolução CMN nº 4.856/20 altera a Resolução nº 4.782/20 que estabelecia, por tempo determinado, em função de eventuais impactos da COVID-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito para fins de gerenciamento de risco de crédito.

Durante o exercício de 2021 o Banco apresentou um crescimento expressivo nas vendas quando comparado ao ano anterior, principalmente devido à maior vendas *off-us* (utilização dos cartões de crédito em rede aberta), reflexo da reabertura do comércio de uma forma geral, além da retomada da concessão de novos cartões com participação cada vez maior do canal digital. Os indicadores de inadimplência não apresentaram impactos relevantes, demonstrando que o banco fecha o ano com uma aceleração na geração de negócios sem abrir mão da qualidade da sua carteira de crédito.

Os impactos da COVID-19 nas Demonstrações Contábeis estão refletidos nas notas: 5. Ativos financeiros ao custo amortizado, 10. Passivos financeiros, 14. Receitas com juros e similares e 24. Valor justo dos ativos e passivos. Mais informações sobre as ações realizadas estão disponíveis no relatório de Administração.



A DIRETORIA

Diretor-Presidente

Carlos Eduardo Carvalho Mauad

Diretor Financeiro

Laércio Schulze de Sousa

Diretor de Negócios

André Luiz Morais Tonelini

Diretor de Tecnologia da Informação & Operações

Aydes Batista Marques Junior

Diretor de Gerenciamento de Riscos

Roberto Sadami Ikegami

Diretor de Vendas, Atendimento & Parcerias

Luiz Gustavo Vargas Souto

Contadora

Valéria Dias Prates

CRC nº 1SP239180/O-8

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50
Av. Dr. Chucri Zaidan, 296
19º e 20º andar - Vila Cordeiro
Torre Z - São Paulo / SP